

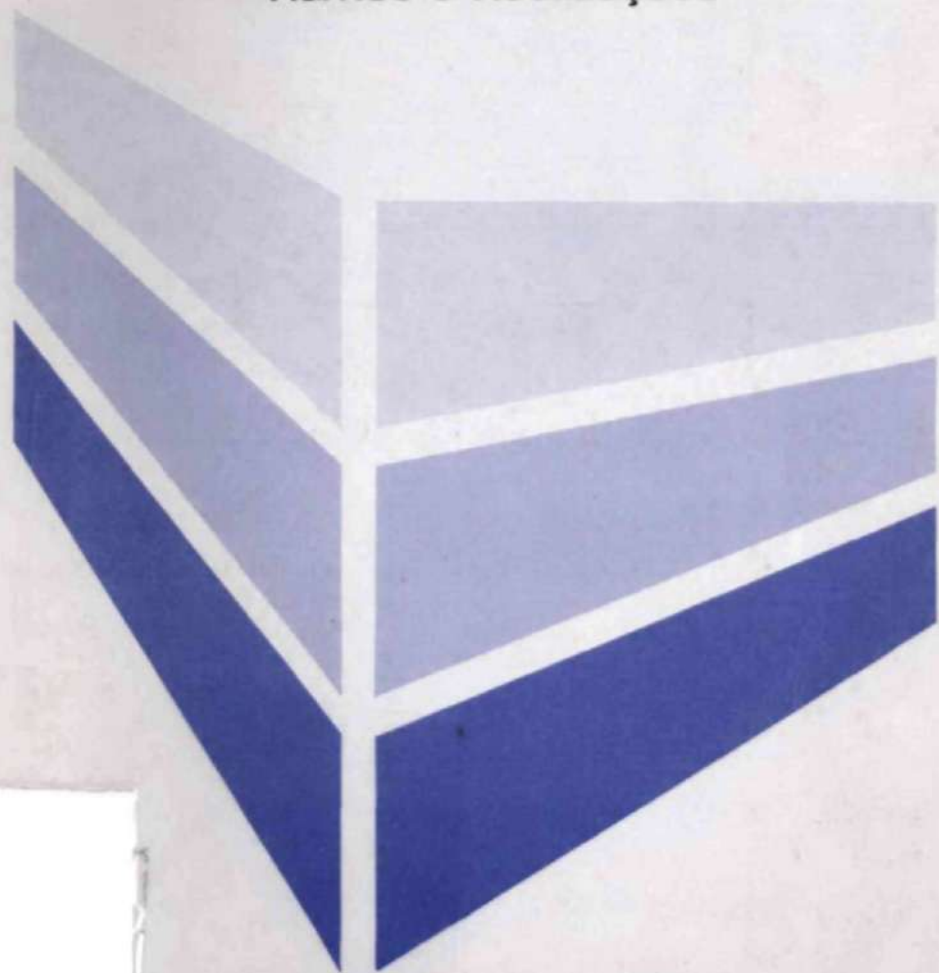
CIBEC/INEP



B0005988

RANDÃO

EDUCAÇÃO – CULTURA – DESPORTO
– Rumos e Realizações –



014
17e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

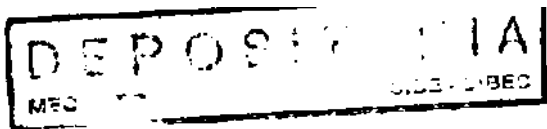
Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil
Ernesto Geisel

Ministro da Educação e Cultura
Ney Braga

EDUCAÇÃO-CULTURA-DESPORTO
-Rumos e Realizações-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



EDUCAÇÃO-CULTURA-DESPORTO

-Rumos e Realizações-

EURO BRANDÃO
Secretário-Geral do MEC

Conferência proferida na Escola
de Comando e Estado Maior da
Aeronáutica, em 23 de novembro
de 1977.

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	7
II.	EDUCAÇÃO: POLÍTICA E REALIZAÇÕES.	13
	1. Ensino de 1º Grau	13
	2. Ensino de 2º Grau	25
	3. Ensino Superior.	31
	4. Ensino Supletivo.	45
III.	CULTURA: POLÍTICA E REALIZAÇÕES.	51
IV.	EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS: POLITICA E REALIZAÇÕES.	59
V.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	65

I. INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO é um processo contínuo de interação entre os conhecimentos progressivamente adquiridos pelo educando e os padrões de comportamento normalmente adotados dentro de um sistema de valores aceitos pela comunidade.

Por este conceito, a educação não é adstrita à escola, pois nela influi todo o ambiente social em que o educando se vê inserido. A família, além da escola, e também a Igreja, a imprensa, a televisão, o rádio, as associações profissionais e sociais às quais pertençam o educando e sua família são elementos que influem na formação da pessoa.

Trata-se de um processo de crescimento gradativo, proporcionando o desenvolvimento mental, físico, e moral do educando e perseguindo importantes finalidades para a sociedade e para a construção do futuro.

Através disso, aquele, para o qual esse processo educativo está voltado:

- assimila um corpo de conhecimentos que lhe são transmitidos;
- demarca um quadro de ideais, que pessoalmente assume, integrado nos anseios da comunidade que o cerca; e
- aprimora sua habilidade e criatividade no trato desses conhecimentos a serviço desses ideais.

Em síntese, a educação deve preparar a pessoa e levá-la a participar da vida social, aprendendo a pensar e a tornar-se atuante em benefício da sociedade.

1. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A educação está intimamente ligada ao desenvolvimento social e econômico de uma nação. Há como que um círculo de influência recíproca: a educação produz aceleração no processo de desenvolvimento sócio-econômico, e este favorece o desenvolvimento daquela.

Dentro dessa idéia (educação e desenvolvimento), podemos enumerar quatro aspectos em que se processa essa interação:

No Aspecto Social

A educação proporciona:

- a) integração crescente do educando na comunidade, aperfeiçoando, por conseguinte, a organização social;
- b) participação esclarecida na opinião pública, pois são justamente as pessoas, crescentemente educadas, atingindo níveis cada vez mais altos de educação, que têm condições de participar mais conscientemente do desenvolvimento, dada a complexidade dos problemas que envolvem a organização social; e
- c) finalmente, a prática de uma vida social sadia que está intimamente relacionada com o maior ou menor grau de educação.

No Aspecto Institucional

A educação permite:

- a) a expressão mais perfeita dos próprios anseios humanos, muitas vezes sentidos, mas não compreendidos, pois esta compreensão só é possível quando existe um grau suficiente de educação;
- b) uma formulação mais perfeita dos objetivos pretendidos na organização social, cuja complexidade, como é natural, exige que a educação produza uma melhor formulação desses mesmos objetivos; e
- c) uma atuação democrática mais efetiva, uma vez que a capacidade de formação da organização institucional está intimamente ligada com a participação consciente e esclarecida de cada cidadão.

No Aspecto de Segurança

A educação leva à valorização do trabalho, criando um clima de produtividade e harmonia social. Quando uma sociedade se aplica à produção provendo à capacitação e habilitação profissionais a crescente número de seus membros, geram-se condições, entre outras, para que se minimizem as tensões perturbadoras do equilíbrio social.

Outro aspecto é a influência da educação na preservação da identidade nacional. O conhecimento das peculiaridades da terra, da índole do povo e da história das instituições são fatores decisivos para o fortalecimento da Nação.

No Aspecto Econômico

A educação fomenta, através da formação profissional e da elevação do nível intelectual:

a) aumento da produtividade, estabelecendo, assim, ligação econômica da educação com o desenvolvimento econômico;

b) maior rendimento de equipamentos e materiais, desde que utilizados por pessoas de maior conhecimento técnico e, por conseguinte, tirando deles melhores resultados;

c) maior distribuição da renda, já que, através da educação, se multiplicam as oportunidades de emprego, aumentando a possibilidade de se conseguir maiores rendas para a família e uma melhor distribuição da renda em todo o País; e

d) modernização ou melhor pré-condição de modernização, pois não há, ainda, pessoal suficientemente educado e instruído para introduzi-la.

2. AS MEDIDAS EDUCACIONAIS E SUA REPERCUSSÃO

Existe uma grande defasagem no tempo entre as medidas de natureza educacional e seus resultados. Assim, qualquer medida nova tomada em educação leva um certo número de anos até produzir seus resultados, sendo descabido tentar observar imediatamente resultados práticos e efetivos de medidas educacionais adotadas. Por esta razão percebe-se existir uma grande expectativa educacional nunca totalmente atendida, o que faz com que muitos considerem isso como uma crise educacional. Em todos os países, desenvolvidos ou não, existe uma ansiedade e uma grande expectativa com relação à educação e, quanto mais educação se promove e quanto mais medidas educacionais efetivas são tomadas, mais cresce essa expectativa.

Nos países desenvolvidos, apesar dos recursos aplicados, permanece uma certa insatisfação, desenvolvendo-se, em alguns, o espírito de contestação e mesmo nestes países existe até um remanescente analfabetismo e há falta de força para o trabalho.

Já nos países não desenvolvidos, essa necessidade de promover formas elementares de educação: alfabetização, educação de 1º grau e até a qualificação de pessoal, faz com que essa insatisfação e essa expectativa sejam permanentes.

3. ATRIBUIÇÕES DO MEC NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

A educação de 1º e 2º graus, isto é, a fundamental e a intermediária, no Brasil, é atribuição dos Estados e do Distrito Federal. Não cabe, portanto, ao Ministério da Educação e Cultura promover, diretamente, o ensino de 1º e do 2º graus, pois isto é competência dos Governos Estaduais, através dos sistemas estaduais de ensino. Ao Ministério compete a regulamentação e normalização deste tipo de ensino para o País e o incentivo, em ação supletiva, para aquilo que as Unidades Federadas não possam desenvolver.

O acompanhamento e a supervisão efetiva do ensino superior são atribuições do Governo Federal, realizadas através do Ministério da Educação e Cultura.

4. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Na Política Educacional estabelecida, na presente administração do Ministério, foram desenvolvidas quatro linhas de ação.¹

a) *Preventiva*

Refere-se a necessidade de criar condições prévias para que a educação possa desenvolver-se com eficácia. Aí se incluem programas relacionados com a educação pré-escolar e a de excepcionais, bem como o programa de alimentação escolar e a criação de hábitos alimentares saudáveis e a educação sanitária. Essa ação inclui ainda a preparação do profissional, a descoberta de aptidões e de vocações, seguidas de orientação para o seu caminho definitivo.

b) *Maximização*

Visa ao aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis, o que supõe o preparo cada vez melhor do docente e a utilização racional dos meios e materiais destinados à educação, bem como o aperfeiçoamento da tecnologia utilizada.

(1) Veja-se a monografia *Política Nacional Integrada da Educação* — Edição do Departamento de Documentação e Divulgação do MEC - Brasília. DF - 1975

c) *De Coerência*

Vertical, que deve compatibilizar a ação dos diferentes níveis administrativos federal, estadual e municipal; e *horizontal*, que deve promover a regeneração de grandes esforços das unidades afins na mesma área, no mesmo espaço, na mesma região e num mesmo distrito géo-educacional.

d) *Corretiva*

Com dois tipos de atitudes que se completam:

a) por um lado, o desenvolvimento de programas que visem a superar deficiências qualitativas e quantitativas historicamente acumuladas na educação do País; e

b) por outro lado, o fornecimento de meios para que essa formação adquirida não se torne obsoleta, seja corrigida continuamente, de maneira a manter o profissional permanentemente atualizado nos hábitos e no desempenho do seu papel.

II. EDUCAÇÃO: POLÍTICA E REALIZAÇÕES

A atuação do Ministério da Educação e Cultura, na área do ensino em todos os graus e modalidades, pode ser agrupada dentro de seis aspectos: *apoio ao estudante; melhoria do currículo; apoio ao professor e sua formação; material escolar; instalações físicas e administração da educação para o desenvolvimento*, a fim de adotar-se uma visão panorâmica dos diversos aspectos da atividade.

1. ENSINO DE 1º GRAU

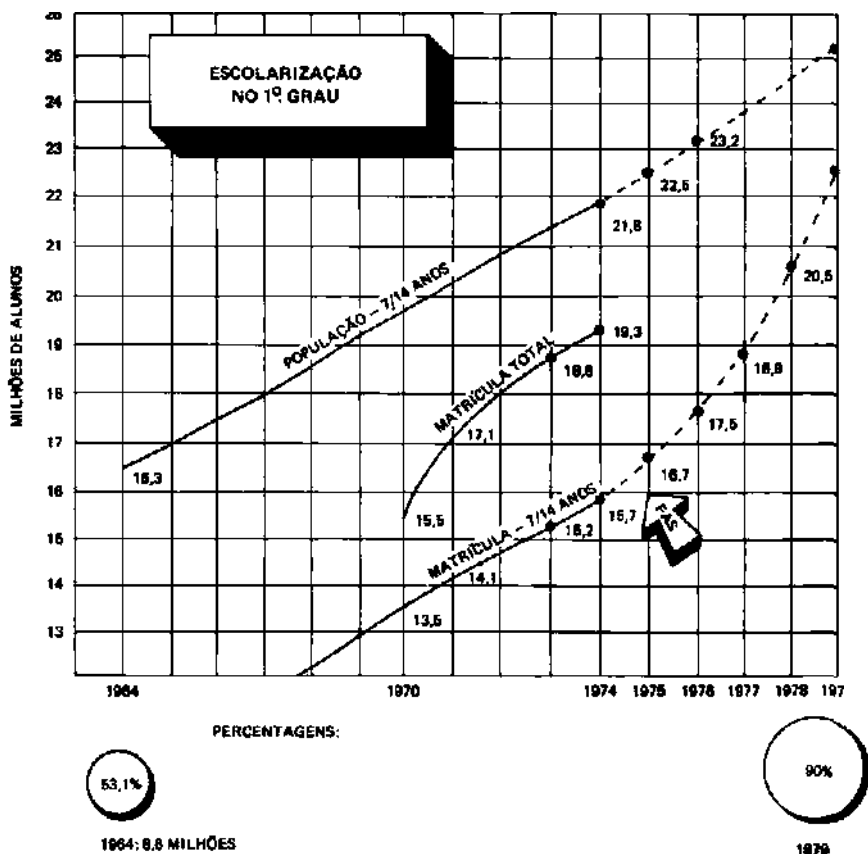
O ensino de 1º grau colhe do Ministério sua preocupação prioritária.

1.1 — Apoio ao Estudante

Com ações visando aos itens seguintes:

1.1.1 — *Aumento da Escolarização*

O gráfico que se segue expressa, de um lado, a população da faixa etária de 7 a 14 anos e, de outro, a evolução da matrícula no 1º grau, compreendendo os alunos na faixa dos 7 aos 14 anos e os fora desta faixa:



Fonte: SEEC

Assim, em 1964, havia 16,3 milhões de crianças e pré-adolescentes; em 1976, 23,2 milhões e, em 1979, serão 25,1 milhões.

As escolas de 1º grau, em 1964, matricularam 8,6 milhões de alunos, 53,1% da população na faixa etária dos 7 aos 14 anos; em 1976, esta percentagem caiu para 35, embora a matrícula no 1º grau tenha subido para mais de 20 milhões de alunos e, finalmente, para 1979, está prevista a escolarização de 90%, com 22,2 milhões de alunos.

O crescimento constante de matrícula, possível devido ao contínuo aumento da capacidade física para matrículas de 1º grau, demonstra que não haverá dificuldade em conseguir instalações escolares correspondentes a 90% de escolarização, em 1979. É preciso

porém superar o problema dos alunos remanescentes no sistema: a diferença entre a matrícula total e a matrícula para a faixa etária de 7 a 14 anos, ou seja, a massa de alunos que, atingidos pela repetência, permanecem ocupando bancos escolares, depois de ultrapassada a idade da educação nesse nível. Percebe-se pelo gráfico que o investimento maciço em construções escolares propiciado pelo Fundo de Apoio Social, a partir de 1975, tornou-se o fator fundamental na obtenção de um crescimento efetivo no índice de escolarização.

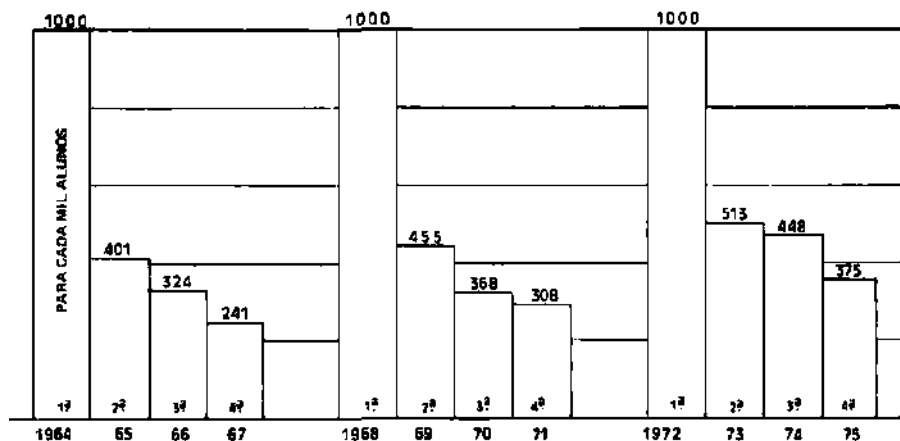
1.1.2 — Redução da Evasão e da Repetência

O problema da evasão e da repetência, principalmente na primeira série do 1º grau, é preocupação permanente dos setores responsáveis pela educação, embora tenha havido progressos neste sentido. Conforme demonstram os gráficos seguintes, pode-se observar que, entre 1964 e 1965, a percentagem entre alunos matriculados na 1ª série naquele ano e na 2ª série, neste, foi de 40,1%; entre 1968 e 1969, foi de 45,5; entre 1972 e 1973 subiu a 51,3 e, finalmente entre 1975 e 1976 já atingiu a 60%.

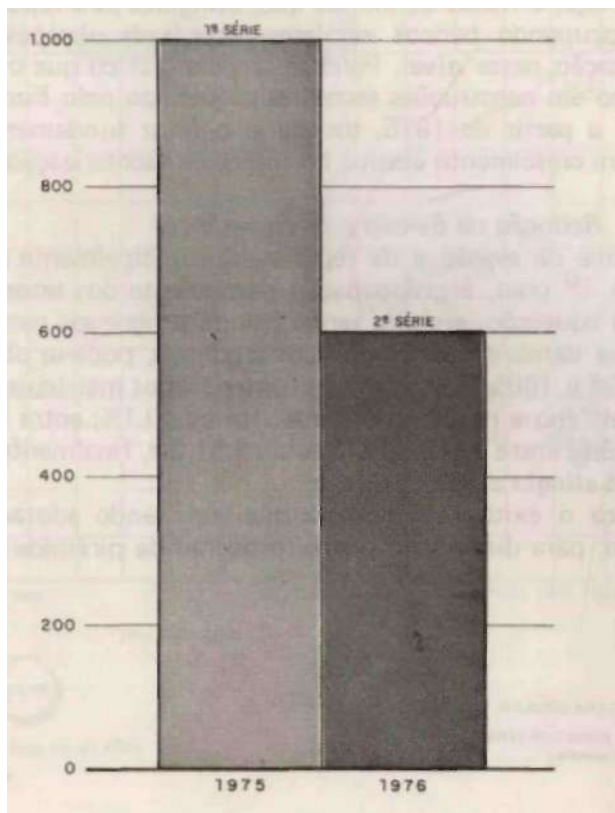
Isso indica o êxito das medidas que vêm sendo adotadas no último decênio, para diminuir o primeiro degrau da pirâmide educacional.

EVOLUÇÃO NO SISTEMA ESCOLAR

MATRÍCULA NAS 4 PRIMEIRAS SÉRIES
DO 1º GRAU (antigo primário)



Fonte: SEEC



Fonte: SEEC

1.1.3 — Implantação da Educação Pré-Escolar

A partir de 1975, em nível nacional, o Governo Federal passa a se preocupar com a educação pré-escolar. Nesse ano, é criada, no Departamento de Ensino Fundamental, a Coordenação da Educação Pré-Escolar, que vem desenvolvendo programa que objetiva atendimento integrado, nas áreas de educação, saúde, nutrição e assistência social, com prioridade para alunos carentes. Esse programa propiciou um aumento de 20% das matrículas de pré-escolares, em relação ao que existia anteriormente. É um começo, mas se pretende chegar a resultados crescentes. Para isso desenvolve-se o treinamento de técnicos de coordenação das Unidades Federadas e estão em preparação, para distribuição, publicações adequadas sobre o assunto. Foi também realizado o 1º Encontro Nacional de Coordenadores de Educação Pré-Escolar, visando à elaboração do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar.

1.1.4 — *Alimentação Escolar*

Nesta área ocorreu a evolução seguinte:

- a) de 101 refeições/ano, em 1974, para 140, em 1977; e
- b) de 535,7 milhões de cruzeiros, em 1974, os recursos passaram, em 1977, para 1.254,3 milhões.

A alimentação escolar, portanto, obteve um progresso expressivo, ultimamente.

1.1.5 — *Educação Especial*

Compete ao Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão do Ministério da Educação e Cultura, o incentivo e a atuação neste setor do ensino em todos os graus, mas, principalmente, no primeiro.

Foi preparado no atual período administrativo, como nova atitude a tomar perante o problema, o Plano Nacional de Educação Especial (1975/1979), já em execução, que prevê:

- a) no mesmo período, em capacitação de recursos humanos para o ensino especial, a formação de 11.500 docentes e 3.500 técnicos, com recursos da ordem de 26 milhões de cruzeiros;

- b) cooperação técnica e financeira aos sistemas estaduais de ensino e instituições privadas, apoiando, em 1977, 270 entidades, entre elas, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e Sociedades Pestalozzi, com aplicação de 20 milhões em 1976 e 30 milhões em 1977;

- c) elaboração de propostas curriculares, visando a deficientes mentais educáveis, deficientes auditivos e superdotados, tendo concluído, até 1977, 27 estudos neste sentido.

Em 1976, foram aplicados, no ensino especial, 79 milhões de cruzeiros e, em 1977, estão sendo aplicados 100 milhões.

1.1.6 — *Saúde Escolar*

A atuação nesta área é interministerial: Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Saúde e Ministério de Assistência e Previdência Social.

Existe um Grupo de Trabalho interministerial para examinar as medidas necessárias à avaliação das condições de saúde da população estudantil e, em 1976, realizou-se em Brasília uma reunião de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação, com a participação dos Secretários de Saúde, especificamente para estudar medidas com relação à saúde escolar no País. Em virtude desse encontro já estão em utilização, primeiro em caráter experimental, em seguida com aplicação em todo o País, as primeiras fichas de controle, nas escolas, das condições auditivas e visuais de escolares.

Este trabalho inicial, que visa a detectar, o mais cedo possível, necessidades de uso de óculos pelas crianças e de tratamento auditivo

ou outro, é realizado pelo professor e o atendimento médico será feito por intermédio da família ou da Previdência Social.

1.2 — Melhoria do Currículo

Nesta área, vêm sendo desenvolvidas as ações seguintes:

1.2.1 — Programa de Reformulação de Currículos

Este programa, por ser prioritário, integra o Plano Setorial de Educação para o período 1975/1979 e inclui:

- a) a criação de um Laboratório de Currículo para 1º grau, já instalado em Belo Horizonte;
- b) apoio financeiro às Secretarias de Educação para elaboração, implantação e avaliação de modelos de currículos;
- c) assistência técnica às Secretarias de Educação e divulgação de experimentações e estudos desenvolvidos no Laboratório de Currículo; e
- d) a realização de cursos, encontros e seminários, visando ao aperfeiçoamento, à implantação e à avaliação curriculares.

1.2.2 — Educação Sanitária

A Educação Sanitária é um programa aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Social e vem sendo desenvolvido pelo MEC em dois âmbitos distintos:

- a) no escolar, através de itens programáticos específicos; e
- b) na comunidade, de maneira extensiva, incluindo temas de higiene, doenças, alimentação e assistência materno-infantil.

Esta atividade foi iniciada em maio de 1975 e sua metodologia consiste em atuar junto às populações menos favorecidas e, em especial, àquelas de zona rural, buscando propiciar a melhoria das condições de saúde e saneamento, através de trabalho de natureza educacional, com envolvimento das comunidades na discussão e solução de seus próprios problemas de saúde.

Durante o ano de 1976, foram atingidos 290 Municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Alagoas, com um total de 198.900 participantes.

Tendo em vista o êxito do trabalho realizado e atendendo a solicitação de outras Unidades Federadas, bem como de municípios não contemplados dos Estados onde o Programa já estava em desenvolvimento, em 1977 foi implantado também em Pernambuco e Maranhão, no Território do Amapá e no Município de Manaus, bem como em outubro foi iniciada a implantação no Rio Grande do Norte, em Sergipe e em Minas Gerais.

Assim, o Programa já atinge onze Unidades Federadas, num

total de 625 Municípios, com a participação de cerca de 410 mil pessoas.

1.2.3 — *Melhoria do Ensino de Português*

Inicialmente foi constituída pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura uma Comissão Nacional de alto nível para estudar o assunto em todos os níveis: 1º, 2º e 3º graus. Esta Comissão apresentou 28 sugestões, algumas sobre o ensino de 1º grau, que estão sendo implantadas:

a) cursos de reciclagem para professores, atendendo durante o ano de 1977, em período de férias, a 15.057 docentes;

b) elaboração de instruções metodológicas para o ensino de Português, trabalho confiado, mediante convênio, pelo DEF à Universidade Federal de Minas Gerais que deverá concluí-lo no começo de 1978;

c) revisão de currículos específicos para formação de professores de 1º grau, tarefa que vem sendo realizada pelo Centro de Recursos Humanos da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, devendo estar concluída no 1º semestre de 1978.

Em 1976 foi criada uma Coordenação para o acompanhamento das providências que vêm sendo tomadas, todas com base nas sugestões da Comissão Nacional.

1.2.4 — *Ensino de Rudimentos de Ecologia*

O MEC elaborou, para subsidiar o trabalho das Unidades Federadas, um modelo de ensino envolvendo conservação e recuperação dos recursos naturais, para o 1º grau.

O objetivo geral desse programa é a motivação, em cada aluno, de respeito ao meio ambiente.

O modelo elaborado oferece às Comissões de Currículo e aos professores dados sobre:

- conteúdos curriculares;
- seleção de materiais instrucionais; e
- orientação didática.

1.2.5 — *Educação de Trânsito*

A Educação de Trânsito é uma preocupação antiga existente no Ministério, mas só depois da criação, em 1975, de uma Comissão Mista de Educadores, Membros dos Conselhos e Departamento de Trânsito, de Conselhos de Educação e Técnicos das Secretarias de Educação, é que foi estabelecido, com orientação dessa Comissão, um modelo de Ensino de Trânsito de 1º Grau. Implantado em 1976, a ser desenvolvido inicialmente pela área de Estudos Sociais como atividade, e depois pela disciplina Educação Moral e Cívica, vai essa modalidade de ensino ganhando aceitação cada vez maior.

1.3 — Apoio ao Professor e sua Formação

Está em desenvolvimento um extenso Programa de Preparação do Professor de 1º Grau, com recursos crescentes: em 1975, foram aplicados 50,5 milhões de cruzeiros; em 1976, 70,7 milhões e, até 1979, serão aplicados 207,6 milhões. Por este programa de apoio ao professor, no período 74 a 79, estão sendo aperfeiçoados 217.350 docentes.

1.4 - Material Escolar

O Programa Livros e Material Escolar destinado ao aluno carente tem por objetivo, principalmente, a impressão e distribuição de livros didáticos.

Este programa que, em 1974, imprimiu e distribuiu 7,5 milhões de exemplares, aplicando 49,8 milhões de cruzeiros, em 1977 aplicando 268 milhões, editou e está distribuindo para uso em 1978 20 milhões de exemplares.

Além disso, abrangendo outros livros e materiais escolares, está distribuindo, em 1977, 56 milhões de peças, cujo custo foi de 77 milhões de cruzeiros, tendo em 1974, distribuído 23 milhões de peças ao custo total de 23,6 milhões de cruzeiros.

Distribuir, em todo o País, 20 milhões de livros didáticos e 23 milhões de peças didáticas é uma tarefa gigantesca que o Ministério assumiu e dela se vem desincumbindo a contento.

O programa, de grande importância social, é uma das realizações de maior destaque no Ministério, neste período.

1.5 - Instalações Físicas

A elevação do índice de escolarização do 1º grau, a partir de 1974 (gráfico da página 14), para atingir 90% de escolarização efetiva em 1979, exige o desenvolvimento de uma atuação muito intensa, visando a propiciar novos ambientes e novas escolas.

Assim, vêm sendo incrementados os programas de construção de novas escolas, seja através da Operação—Escola, seja através de auxílio direto a Prefeituras e ainda com financiamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, que veio dar novo impulso nesta área.

A Operação—Escola tem apresentado o crescimento seguinte:

— em 1974 foram aplicados 287 milhões de cruzeiros;

— em 1977 estão sendo aplicados 632 milhões; e

— no período 1974 a 1979, o investimento atingirá 1.817 milhões de cruzeiros que beneficiarão 2,4 milhões de alunos, com a criação de 1 milhão de novas vagas.



Editar vinte milhões de livros e distribuí-los a crianças de famílias economicamente carentes como foi feito em fins de 1977 é uma realização de tal porte, que exige, além de dispêndio vultoso (268 milhões de cruzeiros), a participação de escritores, editores, orientadores, companhias de transporte rodoviário, técnicos das Secretarias de Educação e professores. Não há notícia de programa de maior envergadura no mundo ocidental

A Operação—Escola inclui, além da construção, também a utilização de espaços adequados, a formação de professores, a melhoria da administração escolar e o desenvolvimento do planejamento eficaz da educação, nos sistemas escolares.

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, decorrência da criação do Conselho de Desenvolvimento Social, tem dado novo impulso nesta área e, através dele, foram concedidas ajudas financeiras aos sistemas estaduais no montante de 5 bilhões de cruzeiros para que pudessem aumentar a capacidade de atendimento. Esta ajuda efetiva, que ainda não terminou, pois está em franco desenvolvimento, vai possibilitar, como já vem ocorrendo, a multiplicação do número de vagas em todo o País.

A criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social é, na realidade, medida da maior importância para a história da Educação deste País.

1.6 — Administração da Educação para o Desenvolvimento

Aqui cabe evidenciar dois aspectos de grande importância:

1.6.1 — Foi criado, no Departamento de Ensino Fundamental, o Programa Promunicípio cujo objetivo é a orientação às Prefeituras para equacionar o problema educacional, planejar medidas específicas para a educação e integrar a atuação municipal com o sistema estadual de ensino. Começou suas atividades em 1975, abrangendo apenas 225 municípios, e em 1977, já atende a 739, investindo 95 milhões de cruzeiros.

O progresso desse programa da maior importância para o ensino de 1º grau está trazendo, no âmbito municipal, incalculáveis benefícios à educação.

O Promunicípio tem sido considerado por muitos educadores como o mais importante passo dado até hoje no efetivo fortalecimento da educação a nível municipal.

1.6.2 — Reuniões e encontros de Secretários de Educação, nos quais há oportunidade de diálogo entre os dirigentes dos sistemas de ensino, de troca de experiências, de intercâmbio de idéias e de divulgação de programas realizados em benefício da educação, vêm sendo realizados anualmente.

O Programa Promunicípio, considerado por muitos educadores como o mais importante passo em benefício da educação a nível municipal, tem colhido o excepcional interesse e entusiasmo das comunidades do interior.



2. ENSINO DE 2º GRAU

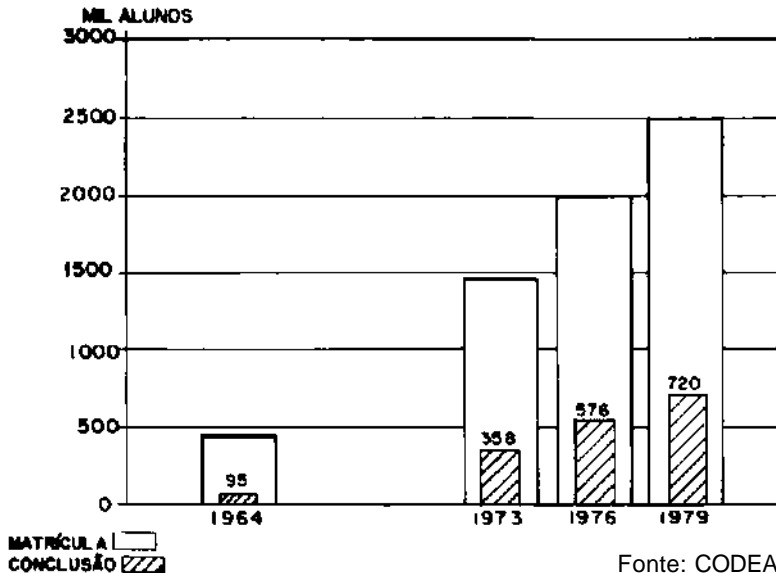
2.1 — Apoio ao Estudante

Também o estudante de 2º grau vem recebendo efetivo apoio do Ministério da Educação e Cultura, através dos itens seguintes:

2.1.1 — Aumento de Vagas

Em 1964, como se pode verificar no gráfico a seguir, havia 500 mil alunos matriculados neste grau de ensino; em 1976 houve 2 milhões e há previsão de atendimento, em 1977, a 2,5 milhões de alunos.

ENSINO DE 2º GRAU - MATRÍCULA E CONCLUSÃO DE CURSO



2.1.2 - *Bolsas de Estudo*

O Programa de Bolsas de Estudo para o 2º Grau, em 1974, concedeu 27 mil bolsas e, em 1978, atenderá a 70 mil alunos. Em 1977, foram concedidas 50 mil bolsas de 2º grau, com a aplicação de 32 milhões de cruzeiros.

2.1.3 - *Estágios em Empresas*

O Projeto de Integração Escola—Empresa—Governo, que vem sendo executado pelo MEC em convênio com o Centro de Integração Empresa—Escola, de São Paulo, visa a implantar e consolidar os mecanismos de integração Escola—Empresa—Governo, nas Escolas Técnicas Federais, nos Colégios Agrícolas e nas Secretarias de Educação, com vistas à melhoria do ensino de 2º grau.

Este Projeto também tem fornecido elementos para um melhor ajustamento dos objetivos da escola às necessidades do País.

De 1974 a 1976, foram implantados Serviços de Integração Escola—Empresa, em Escolas Técnicas Federais (22), em Colégios Agrícolas (9) e em Secretarias de Educação (17); para 1977, há previsão de 14 implantações, sendo 7 em Colégios Agrícolas e 7 em Secretarias de Educação.

2.2 - Melhoria do Currículo

É oportuno lembrar que, hoje, pela Lei nº 5.692/71, o ensino de 2º grau tem a função de *terminalidade* — ou seja, a de preparação para o trabalho — e de *continuidade*, isto é, preparação para prosseguir os estudos.

Baixando normas para aplicação da referida Lei, o Conselho Federal de Educação aprovou, inicialmente, o Parecer nº 45, pelo qual foi regulamentado o ensino de 130 profissões diferentes e, mais recentemente, o Parecer nº 76 que estabelece 11 famílias ocupacionais. Assim, as escolas podem instalar cursos específicos profissionalizantes, quando isso for cabível e possível, mas poderão também ministrar a educação para o trabalho, baseadas nas habilitações básicas, possibilitando deste modo, no ponto de vista financeiro, ensino bem mais adequado, além de dar, para o desenvolvimento do País, condições mais flexíveis para preencher solicitações do mercado de trabalho.

Através de estudo das habilitações básicas (Parecer nº 76), foram criados modelos específicos de equipamentos bem mais simples, de custo mais baixo do que os usados exclusivamente para a profissionalização. Isso vai possibilitar, em todo o País, instalação efetiva do ensino de 2º grau.

Por outro lado, o MEC vem ampliando o leque de profissiona-



A implantação de uma educação para o trabalho, sem prejuízo de uma formação geral adequada, só se tornou possível, depois de formulado o ensino do 2º grau com o emprego de habilitações básicas. Ficou assim reforçado o ensino de ciências, reduzido o custo do equipamento, e, através das famílias ocupacionais, introduzido um conceito flexível de atendimento às oportunidades de emprego.

zação propriamente dita com a regulamentação e instalação de novos cursos como: técnicos em recreação coreográfica infanto-juvenil; em laboratório de prótese odontológica; em histologia; em açúcar e álcool; em desportos; em odontologia clínica; em cartografia etc.

2.2.1 — *Melhoria do Ensino de Português*

Está em andamento a elaboração de instruções metodológicas para o ensino de Português, à semelhança do 1º grau e com ele integrado. Esse trabalho está confiado, mediante convênio com o Departamento de Ensino Médio, à Universidade Federal de Minas Gerais, que deverá concluí-lo no começo de 1978.

Além das instruções metodológicas estão sendo ministrados cursos de Português para professores de 2º grau.

2.3 - **Formação e Aperfeiçoamento de Professores**

O esforço nesta área tem sido intenso e este trabalho geralmente vem sendo desenvolvido por Universidades e pela Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR), em São Paulo.

Merecem registro:

a) a capacitação de professores, com o objetivo de promover a atualização e habilitação do pessoal docente das escolas de 2º grau para o ensino de Ciências, visando à melhoria da educação científica básica;

b) cursos específicos para capacitação de professor de 2º grau, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN);

c) cursos de preparação de professores, promovidos através da integração com Universidades, como curso de Técnica de Microensino, pela Universidade de São Carlos; Metodologia do Ensino de Português, pela Universidade Federal de Minas Gerais; Jogos Instrucionais, pela Universidade de São Paulo; Ensino do Sistema de Intercomplementaridade, pela UTRAMIG e, finalmente, em fase de formação, o Centro de Currículo, na Universidade de Brasília; e

d) cursos de reciclagem de professores, com vistas à melhoria do ensino da Língua Portuguesa.

Foi, também, criado um Centro Específico de Formação Intensiva de Professores de 2º Grau, através de esquemas de utilização de Universidades, para a preparação para o trabalho.

2.4 — Livro e Material Escolar

No Programa Livros e Material Escolar para o 2º Grau é de se ressaltar o contrato firmado entre o MEC e a Fundação Getúlio Vargas, visando a preparar material para aulas de Educação Moral e Cívica para este nível de ensino, integrado com a disciplina Organização Social e Política do Brasil. O contrato está em desenvolvimento e estão sendo preparados manuais para diretores de estabelecimentos de ensino e preparação de roteiros para materiais audiovisuais para aulas e atividades.

Com o Projeto de Ciências preparou-se material para o ensino destas disciplinas, com textos para o professor e o aluno. Estão previstas atividades de laboratório, incluindo o material a ser utilizado e abrangendo o ensino de Física, Química, Biologia e Matemática, além de Estatística e Introdução a Computadores. Para o período 1977/1979 está prevista a instalação de 170 laboratórios de Ciências e 57 bibliotecas para ensino profissional.

Recursos: em 1974 foram aplicados 648 milhões de cruzeiros e para o presente exercício os recursos são da ordem de 3,6 bilhões.

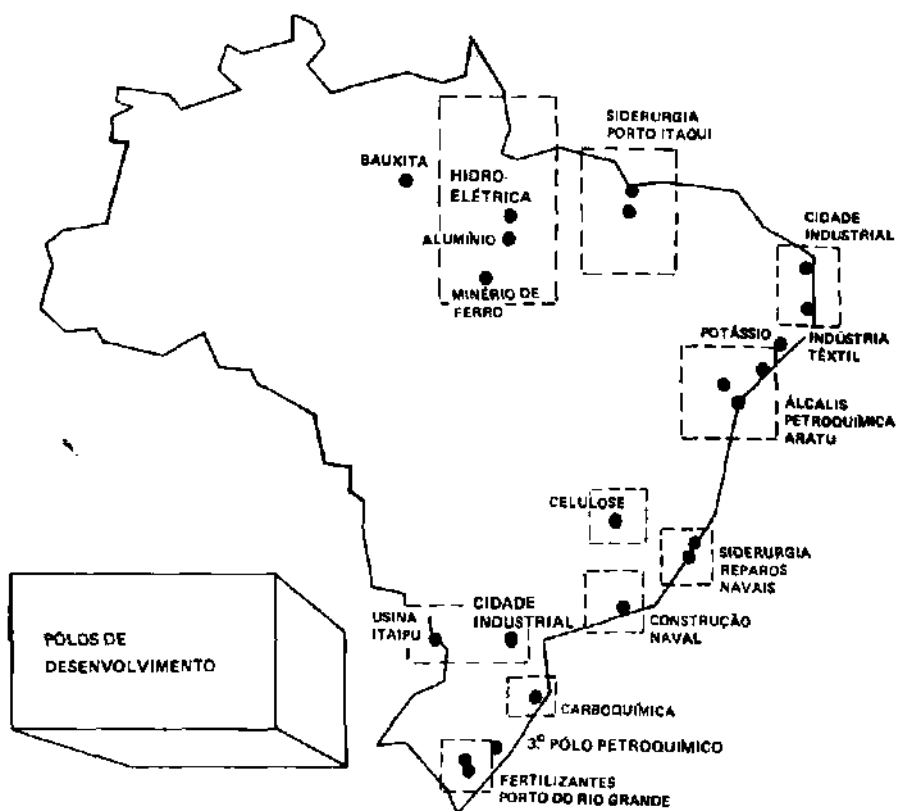
2.5 — Instalações Físicas

Com recursos obtidos, através de empréstimos internacionais, vêm sendo construídos Colégios Polivalentes, Colégios Integrados, Centros Interescolares e têm sido realizadas melhorias em Escolas de Economia Doméstica e Colégios Agrícolas. O Programa prevê, para o período 1970 a 1979, aplicação de 895 milhões de cruzeiros de empréstimos externos do BIRD e de auxílio da **USAID**.

2.6 — Administração da Educação para o Desenvolvimento

A administração da educação para o desenvolvimento inclui, prioritariamente, o levantamento das necessidades educacionais dos pólos de desenvolvimento do País, a fim de que possa haver a preparação de técnicos para os diversos ramos profissionais.

No mapa que vem a seguir estão identificados os pólos de desenvolvimento e os levantamentos realizados:



Fonte: SEG

Como consequência do levantamento realizado, surgiu a criação de novas vagas nas Escolas Técnicas, de novas escolas e de cursos específicos. Como exemplo, temos na Escola Técnica de Campos novos cursos para atender à área da siderurgia e do petróleo e, na região de Camaçari e Aratu o Centro de Educação Tecnológica da Bahia.

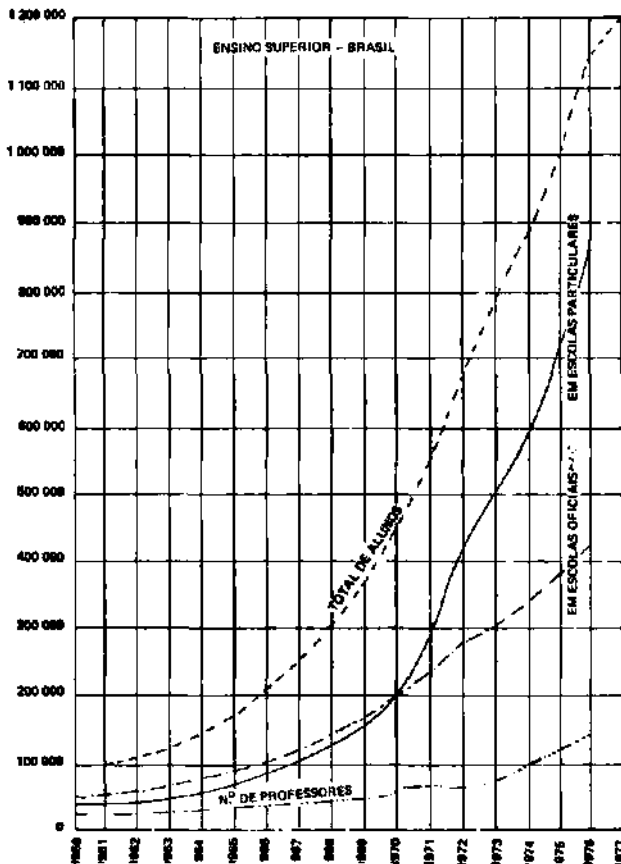
Também foram tomadas medidas administrativas em relação à flexibilidade e à eficácia das Escolas Técnicas Federais. Medida de excepcional importância foi a assinatura de convênio com a Fundação Getúlio Vargas, visando à assistência técnica às Unidades Federadas para a implantação das habilitações básicas.

3. ENSINO SUPERIOR

3.1 - Apoio ao Estudante

3.1.1 - *Expansão da Oferta de Vagas*

O número de alunos matriculados em curso superior, em 1960, era da ordem de 100 mil; em 1969, chegou a 400 mil, e, em 1977, há 1,2 milhão conforme pode ser verificado no gráfico a seguir.



Fonte: DAU

3.1.2 - *Vestibular*

a) Foram introduzidas diversas alterações no concurso vestibular, como sejam a inclusão de questões de redação na prova de Língua Portuguesa, a introdução de prova de habilitações específicas para o concurso de arte e de educação, bem como a possibilidade de utilização de mais de uma etapa.

Com essas providências, foi muito aperfeiçoado o mecanismo de ingresso no ensino superior.

b) Em 1976, foram ofertadas 388 mil vagas em curso superior e 576 mil alunos concluíram o 2º grau, proporcionando a relação **1,48**. Considerando-se que o ensino de 2º grau não é, necessariamente, passagem para o superior, porque também oferece ensino terminal, pode-se observar que esse número é bastante razoável.

3.1.3 - *Crédito Educativo*

Esta iniciativa pode ser considerada como um dos grandes programas, neste período da administração, pois é um passo importante para a democratização do ensino superior no País. O número crescente de estudantes oriundos das camadas mais pobres da população pôde, sobretudo nos últimos dez anos, encontrar uma oportunidade de realizar estudos superiores, de início, predominantemente nos estabelecimentos oficiais. Pesquisas realizadas demonstraram que é de 30 a 40% a proporção dos que podiam ser considerados economicamente carentes, provindos de famílias de nível social de menor renda. Com a criação do Programa de Crédito Educativo, as oportunidades de ensino superior também nos estabelecimentos particulares ficaram restabelecidas, criando-se, assim, realmente, oportunidades antes inexistentes e facilidade de acesso ao ensino superior em qualquer tipo de estudo oferecido no País. Este Programa pode ser considerado, portanto, da maior importância social, por conseguir, na história educacional do Brasil, um marco notável para a democratização do ensino.

O Programa, que resultou de estudos conjuntos dos Ministérios da Educação e da Fazenda, do Banco Central e do Brasil e da Caixa Econômica Federal, concede duas modalidades de empréstimos: para manutenção e para pagamento de anuidade. O pagamento destes empréstimos será feito com carência de um ano depois de o aluno estar formado e com juros subsidiados, parcialmente, pelo próprio Governo Federal, sem correção monetária.

Implantado em 1976, o Programa contou com a participação de 150 mil estudantes e, hoje, já conta com 300 mil beneficiados.

3.1.4 — *Reconhecimento e Autorização de Cursos*

Visando ao aperfeiçoamento do ensino superior, o Ministério

O crédito educativo eliminou definitivamente a dificuldade de acesso ao ensino superior a pessoas que tendo condições intelectuais não dispunham de recursos para custear os estudos. É uma iniciativa que marca nitidamente a história da educação no País.



tomou a atitude de reduzir a autorização de novos cursos, limitando-a aos casos vinculados diretamente ao desenvolvimento brasileiro, pelo que tem havido decréscimo, nos últimos anos, nessas autorizações. Em 1974, foram autorizados 141 novos cursos; em 1975, 86; e em 1976 apenas 53.

Por outro lado, a atitude do Ministério com relação ao reconhecimento de cursos tem sido justamente ao contrário, ou seja, de evitar que continuassem a se formar, no Brasil, jovens universitários e estudantes de curso de ensino superior que não pudessem depois exercer a sua profissão, por falta de reconhecimento de seus cursos. Dando apoio às instituições, criando bibliotecas, adquirindo equipamentos e proporcionando condições para que as escolas pudessem reconhecer os seus cursos, facilitando o processo burocrático, tem sido crescente o reconhecimento de cursos de ensino superior, apresentando a estatística seguinte:

- em 1974, 189 reconhecimentos;
- em 1975, 317 reconhecimentos;
- em 1976, 435 reconhecimentos.

Obteve-se assim tranquilidade às famílias a que pertencem esses jovens, que podem agora exercer livremente a sua profissão.

3.1.5 — *Transferências*

O MEC obteve do Senhor Presidente da República a assinatura de decreto que regulamenta as transferências de um para outro estabelecimento de ensino superior. Ficaram elas extremamente facilitadas, pois são concedidas em qualquer época do ano, independentemente de vaga ou de qualquer outra exigência, desde que se trate de servidor público ou seu dependente.

Outras peculiaridades, como correlação de disciplinas cursadas, vieram também, no mencionado ato, em favor do aluno transferido.

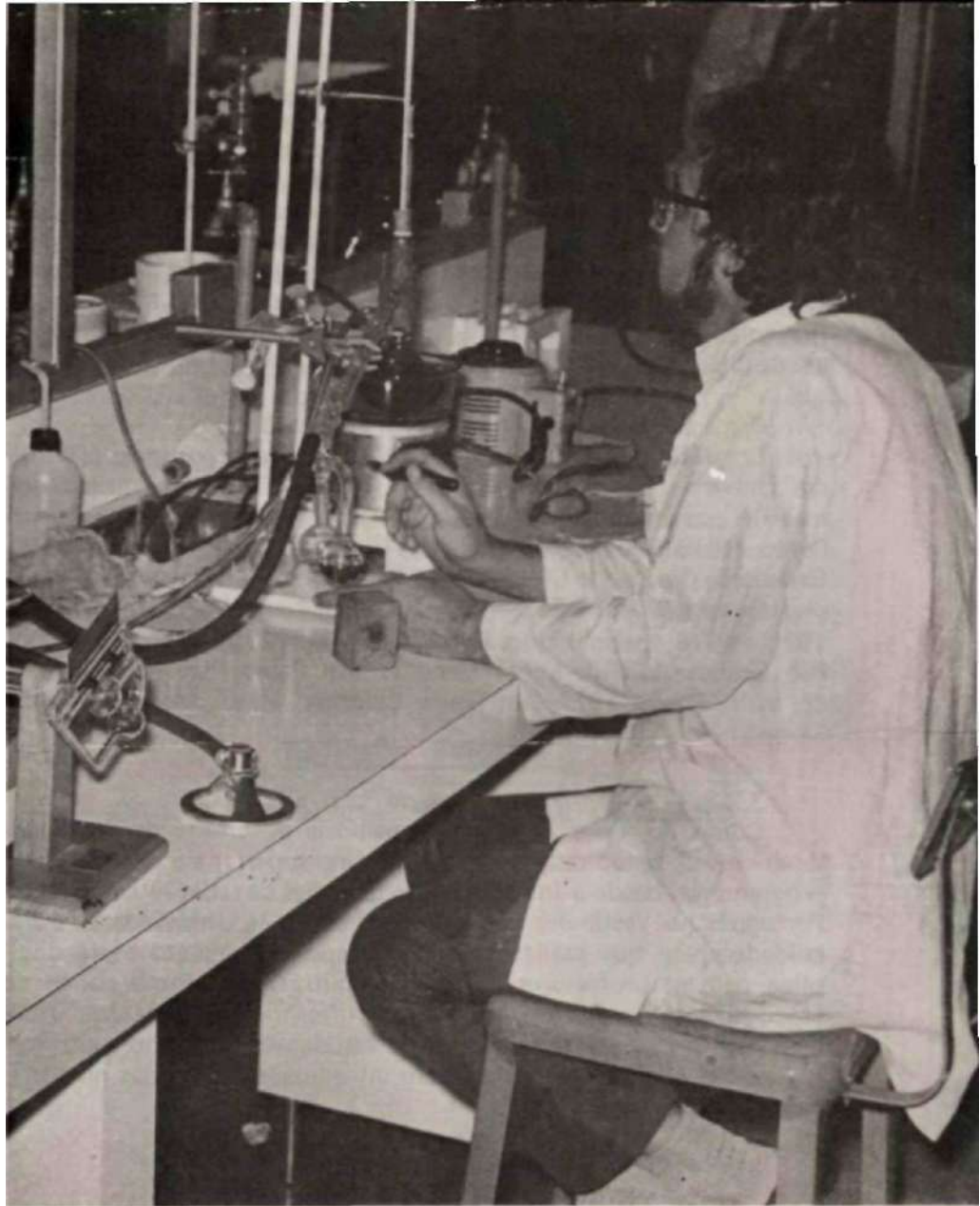
3.2 — **Melhoria do Currículo**

Com relação à melhoria do currículo, muitas providências foram tomadas:

3.2.1 — *Criação de Comissões de Revisão de Currículos e Aperfeiçoamento de Cursos* nas áreas de tecnologia, envolvendo Saúde, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Agrárias e cursos de curta duração.

No referente à Saúde, especificamente, foi aperfeiçoado o ensino no setor de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Nutrição.

Visando a atender ao desenvolvimento nacional, foram criados cursos de curta duração em diversas áreas: Tecnológica (*Construção*



A firme execução do Plano Nacional de Pós-Graduação, que vem propiciando a formação no Brasil de 16.800 Mestres em Ciências e 1.400 Doutores, de 1975 a 1979, está contribuindo para a elevação do nível do ensino superior e possibilitando expressivo incremento na pesquisa científica.

Civil: Edifícios, Movimento de Terra e Pavimentação, Obras Hidráulicas e Obras de Solo; *Saneamento Básico*; *Mecânica*: Oficinas, Desenhista Projetista; *Telecomunicação*; *Engenharia Têxtil*; *Processos Petroquímicos*; *Processamentos de Dados* etc); Saúde (Saneamento Ambiental, Ortóptica, Fosso-audiologia, Farmácia Comercial, Fisioterapia e Terapia Ocupacional); Ciências Agrárias (Bovinocultura, Administração Rural, Cooperativismo, Laticínios, Mecanização Agrícola, Topografia, Cana-de-Açúcar, Ovino-Caprinocultura e Agrimensura).

3.2.2 — *Cursos de Enfermagem e Nutrição*

Em 1974 existiam 38 cursos de Enfermagem em todo o Brasil, em Universidades não Federais; de 1974 a 77, foram autorizados mais 18 nos Estados do Acre, Pará, Ceará, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e em Brasília.

Quanto à Nutrição, existiam até 1974 apenas 10 cursos e, em 1975 e 1976, foram criados 6, nos Estados da Paraíba, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo; havendo previsão de mais 3 para 1977, em Santa Catarina, Mato Grosso e Ceará.

3.2.3 — *Melhoria do Ensino de Português*

Como no 1º e 2º graus, a melhoria do ensino de Português também vem sendo desenvolvida no ensino superior e a atuação deste programa vai desde a introdução de questões de redação na prova de Português no vestibular até a recomendação às Universidades e Faculdades para que realizem cursos de aperfeiçoamento nesta disciplina para os professores de todas as outras, bem como cursos de especialização em Português para os professores desta matéria. Também está prevista a recuperação de estudantes deficientes em Português em qualquer curso e foram introduzidas melhorias no currículo do ensino de Português.

3.3 — **Apoio ao Professor e sua Formação**

3.3.1 - *Pós-Graduação*

A implantação do Conselho Nacional de Pós-Graduação e o estabelecimento do Plano Nacional de Pós-Graduação são dois marcos expressivos para o desenvolvimento educacional no Brasil. O Plano prevê, no período compreendido entre 1975 a 1979, a formação de 16.800 mestres e 1.400 doutores. O seu desenvolvimento, durante os anos de 1975 e 1976, já comprovam que as metas são atingíveis e que a sua realização vem se comportando dentro do previsto.

Este Plano está muito relacionado com o aperfeiçoamento dos cursos universitários, uma vez que está intimamente ligado ao aperfeiçoamento de professores e à melhoria da qualidade do ensino universitário e ao desenvolvimento da pesquisa científica no País.

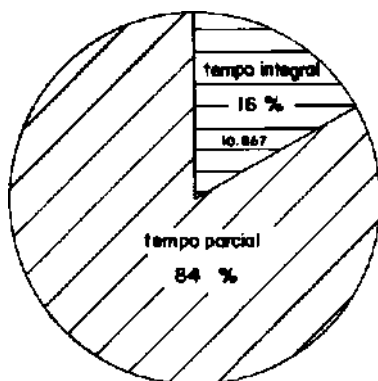
3.3.2 - *Novos Regimes de Trabalho*

Novo regime de trabalho, um excepcional esforço do Governo Federal, está sendo posto em prática nas Universidades Federais. É extremamente eficaz e moderna a solução adotada com a instituição de incentivos funcionais que estimulam a frequência a cursos de especialização e a obtenção de títulos de mestrado e doutorado, além de impulsionar a produção científica e técnica de cada professor. Os níveis salariais variam conforme o progresso atingido neste sentido.

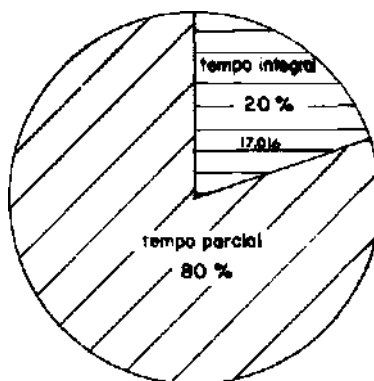
Em 1973, dos 67.924 professores em exercício, conforme se pode observar no gráfico a seguir, 16%, isto é, 10.867 estavam em regime de tempo integral; em 1976, embora aquele número tenha crescido para 85.082, o percentual dos professores em tempo integral já chegou a 20%, atendendo a 17.016 docentes.

ENSINO SUPERIOR

CORPO DOCENTE - REGIME DE TRABALHO



1973
(67924)



1976
(85.082)

Fonte: DAU

3.3.3 — *Residência Médica*

Outro passo muito importante no País, para formação do professor de Medicina, bem como do futuro médico, é a instituição da Residência Médica. Atendendo a peculiaridades de formação médica, o MEC desencadeou aprofundados estudos conjuntos com outros Ministérios para estabelecimento desta providência, como ponto culminante do treinamento profissional. A regulamentação proposta pelo MEC permite a preparação de profissionais de alto nível, a integração dos Serviços de Saúde com as Escolas Médicas e a existência de pré-requisitos para cursos de mestrado e doutorado.

3.3.4 — *Plano de Capacitação de Docentes*

Através de um Plano de Capacitação de Docentes, procurou também o Ministério melhorar o desempenho didático dos professores universitários das mais variadas disciplinas. Criaram-se assim cursos específicos: 30 cursos em 1975 em 16 instituições e 31 cursos em 76 em 17 instituições e ainda neste ano estão sendo instalados novos cursos para a melhoria do desempenho didático de professores universitários de diversas disciplinas.

3.4 — **Livro e Material Escolar**

3.4.1 - *Material para Estudo de Problemas Brasileiros*

O MEC encomendou para Estudo de Problemas Brasileiros uma série de filmes e conjuntos de diapositivos sonorizados, com relação a diversos aspectos da realidade brasileira. Estes filmes e diapositivos serão reproduzidos e distribuídos a Universidades, colocados à disposição de outras entidades de ensino superior para ilustrar e aperfeiçoar o ensino de Estudo de Problemas Brasileiros.

3.4.2 — *Programa do Livro Didático*

O Programa do Livro Didático para o Ensino Superior (PLIDES) está em pleno desenvolvimento, co-editando livros para 4 áreas prioritárias: Saúde, Engenharia/Tecnologia, Administração/Economia e Educação, estando prevista para 1977 a tiragem de 122.440 exemplares.

3.4.3 — *Laboratórios*

O MEC também está empenhado no sentido de prover diversos estabelecimentos de ensino superior de laboratórios de Engenharia Mecânica e Elétrica, Física Básica, Metalurgia e Elementos de Máquinas.



Ao se considerar que se está construindo em 4 anos o dobro da área de tudo que se construiu em 50 anos, pode-se avaliar o que vem a ser um Programa de Novos Campi Universitários, onde estão sendo aplicados 5.2 bilhões de cruzeiros.

3.5 — Instalações Físicas

3.5.1 — *Programa de Novos Campi Universitários*

Mais um grande programa desta administração do Ministério da Educação e Cultura.

Basta lembrar que o Programa de Novos *Campi* Universitários, no período entre 1974 a 1979, pretende duplicar a área construída durante 50 anos. É, por conseguinte, um esforço gigantesco que se faz para obter a verdadeira integração universitária e colher, de forma mais perfeita, os frutos da reforma universitária que prevê a otimização das instalações, a utilização intensiva dos laboratórios, a proximidade dos departamentos afins etc. Com este objetivo, no mesmo período, serão aplicados 5,2 bilhões de cruzeiros, obtidos através de empréstimos externos e de rubricas específicas da Secretaria de Planejamento, ou, ainda, de empréstimos internos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Esse programa abrange 23 grandes *campi* universitários e, através de reforço orçamentário, outras Universidades menores estão sendo atendidas.

3.5.2 — *Centro de Tecnologia da Bahia*

Foi criado na Bahia, para a formação de tecnólogos para a região de Aratu, o Centro de Tecnologia da Bahia que prevê cursos de Telecomunicações, de Processos Petroquímicos e de Manutenção Petroquímica, constituindo-se em mais uma nova entidade universitária federal.

3.5.3 — *Hospitais Universitários*

Hospitais de 31 Universidades, a maioria delas federais, mas também incluindo algumas estaduais e particulares, vêm merecendo atenção especial do MEC, que em três etapas, no período 1976/1978, investirá 683 milhões de cruzeiros, provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

3.5.4 — *Instituições de Ensino Superior*

Atualmente, há 904 instituições de ensino superior no Brasil, assim distribuídas: 61 Universidades, sendo 40 oficiais e 21 particulares; e 843 Instituições Isoladas, sendo 174 públicas e 669 particulares.

3.6 — Administração da Educação para o Desenvolvimento

3.6.1 — *Pesquisa Universitária*

Há uma participação crescente das Universidades, favorecidas

com o novo regime de trabalho dos professores, nas pesquisas necessárias ao desenvolvimento do País, com recursos da própria Universidade, do MEC, do CNPq e da FINEP.

Dez Universidades Federais desenvolvem, neste momento, trabalho relevante em 53 programas de pesquisa.

Há a ressaltar também as atividades de pesquisa oceanográfica nas Universidades de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Mar, em Cabo Frio.

O Programa Nuclear, com a participação, além do Ministério da Educação, da Secretaria de Planejamento e do Ministério de Minas e Energia, que prevê a necessidade de 4.300 técnicos, já está em franco desenvolvimento, formando doutores e especialistas neste setor.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico identificou algumas centenas de pesquisas consideradas da mais alta relevância para o desenvolvimento social e que estão sendo levadas a cabo pelas Universidades brasileiras.

3.6.2 — *Banco de Teses*

Desenvolvendo o Banco de Teses, o Ministério da Educação e Cultura está aproveitando toda produção intelectual dos cursos de pós-graduação. Já saiu o primeiro *Catálogo do Banco de Teses*, com 3.016 trabalhos em 42 áreas diferentes o que possibilita um aperfeiçoamento progressivo das teses através do conhecimento das pesquisas realizadas anteriormente.

Este programa vem sendo desenvolvido pelo Centro de Informações do MEC (CIMEC), órgão criado especificamente para os problemas de informação relacionada com a educação do País.

No fim do corrente ano sairá o segundo *Catálogo*, com mais 3.000 teses.

3.6.3 — *Ciências Agrárias*

No setor de Ciências Agrárias dois importantes programas estão em curso:

a) o conhecido pela sigla PEAS, Programa de Educação Agrícola Superior; e

b) o PRODECA, Programa de Desenvolvimento de Ciências Agrárias.

No primeiro Programa estão sendo aplicados 190 milhões de cruzeiros e no segundo 150 milhões, para atividades de graduação e de pós-graduação e criação de Centros de Tecnologia para Ciências Agrárias, em diversas Universidades, tanto federais como particulares.

3.6.4 — *Apoio às Universidades Particulares*

O MEC também dá apoio às Universidades Particulares, atendendo às suas necessidades de ampliação, de edificações e de insta-

lação de novos laboratórios. Desenvolvendo um programa anual de apoio a essas Universidades, em 1976, aplicou 107 milhões de cruzeiros.

3.6.5 — *Núcleos de Assistência Técnica*

Visando ao aperfeiçoamento da administração universitária, constante preocupação do MEC, foram criados, inicialmente, Núcleos de Assistência Técnica, substituídos agora por Equipes-Projetos, cujo programa abrange orientação, estabelecimentos de modelos de administração universitária, desenvolvimento de assistência técnica nos setores de planejamento, administração de *campi*, administração acadêmica e orçamentária, processamento de dados, administração geral e hospitalar, bem como sistemas de bibliotecas universitárias e planejamento geral de Universidades.

A previsão para aplicação neste programa, entre 1975 e 1979, é de 33 milhões de cruzeiros.

3.6.6 — *Distritos Geo-Educacionais*

Levando em conta uma certa homogeneidade de nível educacional perfeitamente definidos por contornos geográficos, o Brasil foi dividido em regiões chamadas Distritos Geo-Educacionais, com o objetivo de criar condições para o atendimento educacional superior integrado em cada região. Este trabalho aperfeiçoou enormemente as medidas para a melhoria da qualidade do ensino e o atendimento às necessidades específicas do ensino superior, por região.

3.6.7 — *Coordenação de Extensão Universitária*

Foi criada, no Departamento de Assuntos Universitários, uma Coordenação de Extensão Universitária, abrangendo atividades como Extensão nos *Campi* Avançados, Centros Rurais de Treinamento Comunitário (CRUTAC), Intercâmbio com MUDES, Programa de Estágios, Programa de Integração com Órgãos de Desenvolvimento e Integração com Projeto Rondon.

A atuação destes órgãos fica mais bem integrada, deste modo, com as tarefas de cada uma das Universidades, e os estudantes que participam destes programas contam pontos no desempenho universitário.

3.6.8 - *Convênio com o INPS*

O MEC celebrou um convênio genérico com o INPS, a fim de obter recursos para o financiamento dos Hospitais Universitários, fazendo, através deles, atendimento hospitalar para a clientela daquele Instituto.

3.6.9 — *Autarquias de Regime Especial*

O Ministério da Educação e Cultura, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e o Departamento Federal de Serviço Público, vem desenvolvendo estudos para a implantação nas Universidades Federais do regime de "autarquia especial", visando a fortalecer a sua autonomia financeira e administrativa, além da didática com a qual já contavam anteriormente.

Com isso as Universidades poderão obter flexibilidade e dinamização principalmente nos seus setores de pesquisa e de abertura de novas áreas de atuação.

4. ENSINO SUPLETIVO

4.1 — Apoio ao Estudante

Este apoio vem sendo proporcionado pelo Departamento de Ensino Supletivo, através de:

4.1.1 — *Capacitação Profissional*

O principal programa em execução nesta área é o de Exame de Profissionalização a nível de 29 Grau, o chamado Projeto Acesso, implantado em todas as Unidades da Federação. Esse programa vem habilitando profissionais já integrados na força de trabalho. De 1974 a 1977, foram habilitados 3.500 profissionais, em 30 diferentes profissões.

Por outro lado, o Projeto INPS habilitará pessoal da rede hospitalar, dando oportunidade aos que atuam em ramos paramédicos de obter, não só aperfeiçoamento de seu conhecimento, como habilitação específica para exercer seu trabalho.

O Projeto LOGOS II, voltado para habilitação do Magistério, habilita professores leigos em nível de 2º grau e está, no momento, atingindo 5 Estados, com 25 mil professores inscritos. Esse ensino é feito à distância, através de módulos de ensino.

4.1.2 — *Redução de Analfabetismo*

A atuação do MOBREAL, a partir de 1970, tem reduzido, em rápido progresso, o analfabetismo no País. A situação atual, conforme demonstra o quadro que vem a seguir, é de 2 milhões de analfabetos para uma população de 62,9 milhões de pessoas com

mais de 15 anos o que reduz a 16,4% a taxa de analfabetismo que em 1970 era de 33% e que em 1979 será da ordem de 10%.

ANALFABETISMO

ANO	% DE ANALFABETOS
1940	56
1950	50
1960	39
1970	33

ATUAÇÃO DO MOBRL

ANO	ALFABETIZADOS
1970/71	1.300.000
1972	2.000 000
1973	1.700.000
1974	1.950.000
1975	1.653.000
1976	1.472.000

SITUAÇÃO ATUAL (estimativa)

POPULAÇÃO COM MAIS DE 15 ANOS		
TOTAL	ANALFABETOS	%
60975 600	10000 000	16,4

4.2 - Melhoria do Currículo

Fonte: MOBRL

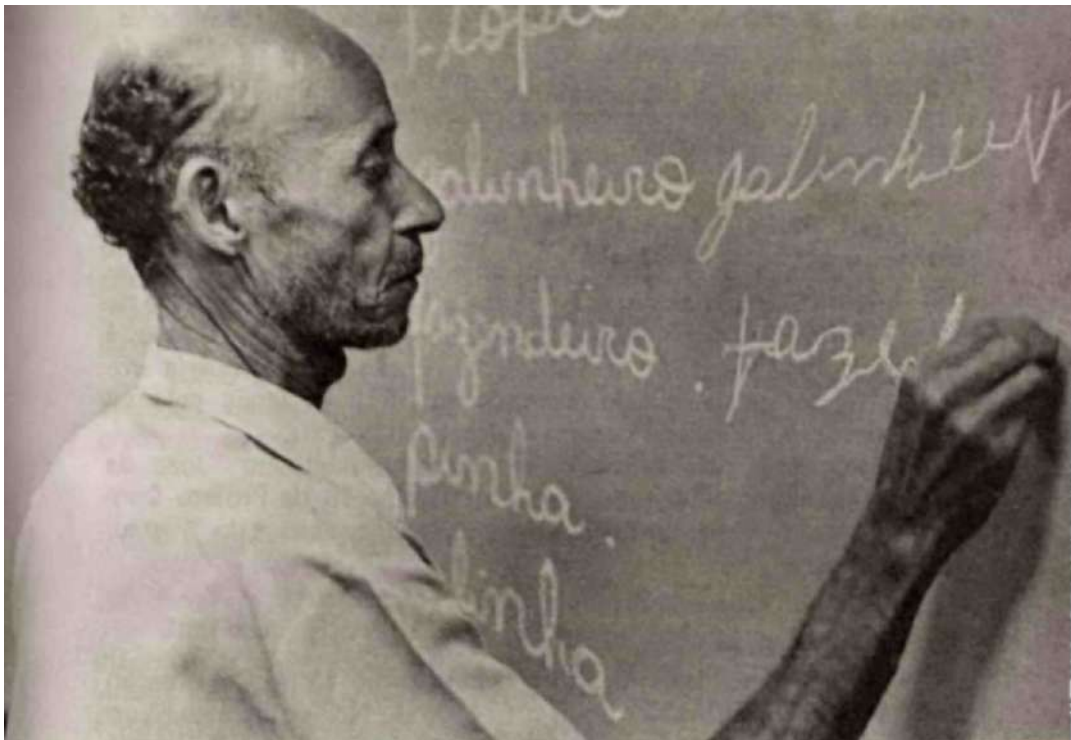
Diversas medidas foram tomadas para a melhoria do currículo, para implantação de novos cursos e para o desenvolvimento de novas modalidades de ensino supletivo:

4.2.1 — Educação de Trânsito

Com relação a Educação de Trânsito, foram preparados, através do Programa Nacional de Telecomunicação, filmes de 35mm para a rede de cinemas e para uso posterior nas escolas.

4.2.2 — Projeto Minerva

O Projeto Minerva é um curso supletivo de 1º grau que vem atuando, pelo rádio, em todo o País, e tem como objetivo atender aos alunos adultos, com idade superior a 17 anos, proporcionando escolaridade correspondente ao antigo curso primário completo. Agora, em segunda fase, vem proporcionando escolaridade correspon-



Com a atuação do MOBRAL, colaboração das Prefeituras e participação como esta que a foto representa, não há dúvida de que a meta para 1979 - reduzir a 10% o número de analfabetos - será atingida ou até mesmo ultrapassada.

dente às 4 últimas séries do 1º grau, ou seja, da 5ª à 8ª série. No momento, há 150 mil alunos fazendo o curso do Projeto Minerva, através de 3.600 radiopostos instalados em todas as Unidades da Federação. A previsão para 1978 é de 300 mil alunos. Ministrado o curso, os alunos se submetem ao exame correspondente e recebem o certificado de conclusão do 1º grau.

4.2.3 - *Curso "João da Silva"*

O Curso "João da Silva", cujo objetivo é proporcionar em caráter intensivo a adolescentes e adultos alfabetizados a aquisição de conhecimentos correspondentes às 4 primeiras séries do 1º grau, é ministrado pela televisão e tem demonstrado extraordinária eficiência, tendo, inclusive, sido premiado em 1973 no Japão pela sua ação inovadora e eficaz no cenário educacional do País.

Outro curso pela televisão, em prosseguimento ao "João da Silva", está sendo elaborado com a denominação de Projeto Conquista e visa ao ensino correspondente às 4 últimas séries do 1º grau: da 5ª à 8ª série.

4.2.4 - *Projeto Saci*

O Projeto Saci, hoje dinamizado pelo apoio do MEC e atuação da Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte que assumiu o programa com a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, começou através do Centro Nacional de Pesquisas Espaciais.

O MEC, através do apoio que vem dispensando ao Projeto, pretende criar condições para obter no futuro um curso de 19 grau destinado a toda região Nordeste do País para usá-lo, quando houver um satélite no espaço para este fim, para divulgação da educação, via satélite.

4.2.5 — *Melhoria do Ensino de Português*

Também no ensino supletivo a melhoria do ensino de Português vem sendo procurada e neste sentido foram tomadas, entre outras, duas providências importantes:

a) introdução de redação na prova de Português dos exames supletivos; e

b) desenvolvimento de cursos de suprimento da Língua Portuguesa, que possam servir ao público em geral. Assim, qualquer pessoa que queira pode aperfeiçoar seu conhecimento da língua vernácula através do ensino à distância, com módulos e estudos realizados por correspondência.

4.3 — Formação do Professor

Visando à implantação e à expansão do ensino supletivo nas Unidades Federadas, o Projeto de Capacitação de Recursos Humanos vem desenvolvendo, já à distância através de módulos, já diretamente, o treinamento de professores, especialistas e técnicos para essa área de ensino.

Iniciado em 1975, treinou cerca de 7.000 pessoas: 1.000, no primeiro ano; 2.800, em 1976 e 3.300 em 1977, estando previsto para 1978 o treinamento de 8.000 professores, especialistas e técnicos que atuarão principalmente nas Secretarias de Educação e nos Centros de Estudos Supletivos das Unidades Federadas.

Como se pode observar, embora os números não sejam muito elevados, indicam um enorme esforço nesta área para manter um crescimento anual da ordem de 100%.

4.4 - Livros e Material Escolar

4.4.1 — *Sonorização de Diapositivos Educativos*

Com o objetivo de prover os Centros de Estudos Supletivos de diapositivos adequados àquele ensino, foram sonorizados os providos da filмотeca do Departamento de Cinema Educativo da EMBRAFILME. Prepararam-se e distribuíram-se 5 mil cópias desses audiovisuais, abrangendo História, Física, Química, Biologia e Geografia.

4.4.2 — *Módulos de Ensino*

O módulo de ensino é material adequado à auto-aprendizagem.

Em 1976 foram distribuídos aos diversos Centros de Estudos Supletivos dos sistemas estaduais de ensino 2,6 milhões de exemplares de módulos.

De 1977 a 1979, a previsão é que sejam aplicados 9,2 milhões de exemplares.

4.5 — Instalações Físicas

Os Centros de Estudos Supletivos são uma realização conjunta do Ministério da Educação e Cultura e dos Governos Estaduais, com o objetivo de aprimorar técnicos e formar recursos humanos.

A meta inicial é pelo menos um Centro em cada uma das Unidades da Federação. Em 1975, foram instalados 5 Centros; em 1976, 19 e, em 1977 os restantes.

4.6 — Administração da Educação para o Desenvolvimento

4.6.1 — *Diretrizes para Teleducação*

Em consequência de estudo conjunto dos Ministérios da Educação e Cultura e das Comunicações, foram estabelecidas diretrizes para a teleducação, cujos pontos principais são:

- a) vincular os objetivos de comunicação aos do desenvolvimento global e social;
- b) contemplar, prioritariamente, as áreas ainda não atingidas do território nacional;
- c) estimular a divulgação de elementos da nossa cultura;
- d) criar o sistema federal de radiodifusão, através da RADIO-BRAS;e
- e) realizar programas de pesquisas em comunicação, com vistas à política do desenvolvimento.

4.6.2 — *Padronização de Certificados*

Outra importante providência administrativa foi a tomada com referência à padronização dos certificados de Exames Supletivos, com a criação do Sistema Nacional de Registros e a abertura de livros próprios nas Delegacias Regionais do MEC.

4.6.3 - *Normalização dos Exames Supletivos*

À providência anterior juntou-se a de unificação das datas para a realização dos exames supletivos, pois as duas constituem um grande passo para a normalização e regularização da obtenção de certificados pela via supletiva.

III. CULTURA: POLITICA E REALIZAÇÕES

O Ministério da Educação e Cultura vem desenvolvendo intensamente a sua atuação no campo cultural. Hoje, indiscutivelmente, se pode dizer que o MEC já é realmente um Ministério da Cultura. Através de atividades que visam ao estímulo e apoio à produtividade artística e intelectual, bem como à expressividade popular de pessoas e grupos, o MEC promove a difusão e a valorização das nossas fontes e raízes culturais o que é essencial ao nosso próprio desenvolvimento sócio-econômico. Essa atitude leva ao fortalecimento da Nação, na medida em que propicia a autoconsciência e a preservação da sua própria identidade. O cultivo e a valorização da índole nacional são características marcantes da política de cultura posta em prática pelo Ministro Ney Braga. Não vai nela nenhuma intervenção na criatividade espontânea, nem se apresenta essa política como violentadora da liberdade de criação que a atividade cultural supõe. O que se deseja, isso sim, é a cultura entendida como esse conjunto orgânico de manifestações da própria vida brasileira, através da caracterização da nossa maneira de ser. Visa-se assim a incrementar o teor de brasilidade da nossa cultura, impactada por tantas influências.

1. APOIO AO ARTISTA E À CRIATIVIDADE CULTURAL

Além do prosseguimento das atividades de incentivo caracterizadas pelos prêmios literários, pela concessão de troféus cinematográficos e pela realização de festivais musicais, atividades essas que

foram incrementadas, convém destacar a instalação do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Esse Conselho que havia sido criado por lei em 1973, teve durante esses últimos anos a oportunidade de ser instalado, obtendo em 1976 a aprovação de seu Regimento Interno.

Trata-se de órgão administrativo, normativo, de fiscalização, de consulta e de assistência que visa a proteger a autoria das obras intelectuais, determinando, orientando e fiscalizando a exata aplicação da lei e funcionando como árbitro em questões sobre direitos autorais.

O Conselho exerce, ainda, a gerência do Fundo do Direito Autoral.

Em 1976, já desenvolveu diversas atividades, como a criação de normas e medidas particularmente na área da música popular, propiciou correções necessárias no sistema de arrecadação e distribuição do direito de execução musical, exerceu a fiscalização de sociedades e autores existentes e criou bolsas de estudo e pesquisa para estimular a criatividade.

Em 1977, está prevista a aplicação de 2,6 milhões de cruzeiros, quando até 1976 não havia orçamento próprio para esta atividade.

Outra atividade que merece ser mencionada pela sua inovação foi a atuação do MEC, junto aos órgãos de fiscalização, para que haja cobrança de *couvert* artístico em restaurantes, confeitarias e clubes, apenas quando houver efetivamente a presença de músicos que façam as execuções musicais, assegurando assim mercado de trabalho para os que se dedicam à música do gênero apropriado.

2. PROMOÇÕES CULTURAIS

Extremamente incentivadas a partir de 1973, com apoio da Secretaria de Planejamento, as promoções culturais do MEC passaram, a partir de 1976, e se integrar numa programação mais homogênea.

Deixando de pormenorizar promoções, como exposições, salões, concertos da Orquestra Sinfônica Nacional, Festival Villa-Lobos, Programas de Bibliotecas e promoções de natureza folclórica, que continuam com grande intensidade, merece menção, pela sua importância, em primeiro lugar, a revitalização do teatro brasileiro.

Este programa desenvolveu importantes atividades, em 1976, em que figuram:

a) no campo da dramatologia, o concurso do Serviço Nacional do Teatro, abrangendo: promoção da peça infantil, o concurso universitário, o concurso de monografias, o banco de teses, as leituras dramáticas e os debates sobre teatro;

Ao ver-se jovens como esses, tocando em orquestra quando há dez meses não sabiam o que era um instrumento de cordas, é possível avaliar-se a renovação dos métodos e a introdução da criatividade no mundo da formação cultural (Projeto Espiral). Com a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), com seus Institutos de Música e Artes Plásticas, dentro da nova Política Nacional de Cultura, iniciou-se um ciclo vigoroso de estímulo às artes no Brasil.



b) no campo do espetáculo, prêmios para os melhores espetáculos profissionais no Rio e em São Paulo, prêmios para as demais categorias e auxílios para viagens de companhias profissionais pelo Brasil; e

c) o patrocínio e a montagem de numerosas peças de autores nacionais.

Mas, indiscutivelmente, um dos maiores sucessos, que muito tem promovido o teatro no País, é a campanha das "Kombis", que consiste na saída de vários veículos, vendendo entradas a preços populares, em diversos pontos da cidade. Em 7 Estados, inclusive Rio e São Paulo, esta campanha de divulgação e popularização do espetáculo teatral alcançou o maior êxito.

Em 1976 e em 1977, a atividade intensa de recuperação, construção e ampliação de vários teatros (cerca de 21 deles em todo o Território Nacional) evidencia a necessidade de colocar o acervo das casas de espetáculos em condições de receber o incentivo que vinha sendo desenvolvido.

O Projeto Música Popular também apresentou um enorme êxito, a começar pelo vitorioso Projeto Pixinguinha, constituído de 10 duplas, visando a estimular e a prestigiar, através de 21 apresentações, a música popular.

Por outro lado, a música erudita vem sendo estimulada pelo Projeto Universidade.

Em 1977, foram aplicados 20 milhões para ambos esses projetos.

Outra promoção interessante foi o I Concurso Nacional de Bandas, realizado em 1977, com a participação de 19 Estados, do Distrito Federal e de um Território, no qual foi despendido 1,8 bilhão de cruzeiros, com apoio de outras entidades. Nesta oportunidade a FUNARTE cadastrou 900 bandas em todo o País, que passaram a receber apoio no que se refere a partituras e, algumas delas, também a instrumentos.

Foi também criado, em 1976, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Já 6 Unidades Federadas integram o sistema e a sua operacionalização prevê o repasse dos recursos para os Estados, através de convênios, para fortalecimento das Bibliotecas Públicas Estaduais, as quais passarão a funcionar como cabeças de sistema para a implantação de uma rede estadual. Foram aplicados, em 1977, 5,6 milhões neste programa específico.

3. FORMAÇÃO DO ARTISTA

O Instituto Nacional de Música, órgão integrante da FUNARTE, está montando uma infra-estrutura capaz de dinamizar o ensino



Com decisão foi enfrentada a situação difícil em que se encontravam as dependências dos órgãos dedicados à cultura. O Museu de Belas-Artes (foto), o Museu Imperial, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional e o Palácio da Cultura receberam reparos e reformas, que não só asseguraram a conservação do acervo, como trouxeram adequação e atualidade ao seu funcionamento.

e a formação de orquestras no Brasil, através do Projeto Espiral.

Visa este projeto à implantação de Núcleos Instrumentais de Cordas, Sopro e Percussão, tendo já atingido 500 jovens, cujo recrutamento foi feito através da colaboração de diversas associações especializadas.

Por outro lado, a criação da Bolsa Trabalho-Arte tem por objetivo oferecer aos universitários das áreas artísticas ou culturais oportunidades de aperfeiçoamento. Em 1976, foram beneficiadas 18 Universidades e, em 1977, foi possível ampliar para 23 Universidades a aplicação do sistema de bolsas, incluindo-se também, desta feita, os primeiros alunos do ensino de 2º grau.

Visando à formação não propriamente do artista, mas do técnico em assuntos culturais, vêm sendo desenvolvidos programas de estágios em museus, bibliotecas e arquivos, enquanto o curso de técnica de museus e arquivos, feito no Museu Histórico Nacional, prevê a especialização de museólogos e treinamento de estudantes para a participação futura em atividades dessa natureza.

4. MATERIAL DE ARTE

O Projeto "Lutheria Nacional" se propõe a incrementar a fabricação de instrumentos de corda no Brasil e ativar a indústria nacional de instrumentos de sopro, procurando aprimorar a qualidade desses instrumentos. Prevê-se para cada Núcleo Estadual a existência de uma oficina própria de fabricação e reparos de instrumentos para formação da mão-de-obra especializada na fabricação de violas, violinos e violoncelos.

Atendendo à exposição feita por artistas de pintura e escultura, o Ministério da Educação e Cultura atuou junto ao Ministério da Fazenda, solicitando facilidades na importação de materiais para esses ramos artísticos, o que já foi obtido, beneficiando assim centenas de artistas em todo o País.

A revista *Cultura*, editada pelo Ministério da Educação, existente já há diversos anos, constitui-se num excelente repositório de assuntos culturais. A sua tiragem, até 1975, era de 5.000 exemplares, colocados à disposição de embaixadas e órgãos públicos. A partir de 1976, a revista *Cultura* teve a sua edição ampliada para 30.000 exemplares e hoje pode ser encontrada em todas as bancas de revistas do País e à venda também nas Universidades.

O Programa de co-edição de livros culturais levado a efeito pelo Instituto Nacional do Livro, mas também com a participação da Biblioteca Nacional e da Casa de Rui Barbosa, visa a recolocar ao alcance dos leitores e pesquisadores obras fundamentais ao conhecimento dos grandes nomes de nossa literatura, de documentos impor-

tantes da nossa história, bem como à produção de livros de literatura infantil e juvenil. Em 1974, foram co-editados 730 mil exemplares, correspondendo a 101 títulos, num investimento de 3,6 milhões de cruzeiros e, em 1976, 940 mil exemplares e 151 títulos, tendo sido aplicados 9,6 milhões de cruzeiros.

5. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vem realizando obras de conservação de monumentos e sítios de valor histórico, artístico, arqueológico e natural, em todo o País, com verbas orçamentárias e especiais no montante de 185 milhões de cruzeiros em 1977 e que inclui o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, realizando obras em diversos Estados da Região, já tendo executado 22 projetos e tendo 30 em fase final de execução.

Cidades localizadas nas regiões Centro-Oeste e Sudeste vêm sendo recuperadas também com esses recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados.

Outro conjunto de obras da maior importância é o atendimento que passou o Ministério a dar, a partir da Administração do Ministro Ney Braga, não só para recuperação de teatros como já foi mencionado, mas também a diversos museus e à Biblioteca Nacional. O Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Museu Imperial estão passando por profundas reformas com aplicação de 11,5 milhões de cruzeiros. O mesmo está ocorrendo com a Biblioteca Nacional, pois a preservação documental brasileira a cargo da Biblioteca Nacional recebeu especial ênfase no decorrer de 1976.

Também o Palácio da Cultura, antiga sede do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, está recebendo reparações, prevendo-se a substituição de esquadrias, a substituição de vidros, a reforma das instalações hidráulicas, reconstrução interna do auditório, recomposição dos azulejos externos. Tratam-se de obras muito necessárias, para colocar aquele patrimônio, tão valioso e representativo da cultura nacional, em condições funcionais e, além disso, à altura do seu valor artístico e histórico.

6. ADMINISTRAÇÃO

Toda esta série de realizações culturais exigia uma atualização e dinamização administrativa dos diversos setores. Dois passos extremamente importantes foram dados nesse sentido. Em primeiro lugar, o estabelecimento da Política Nacional de Cultura, que passou a ser o

documento norteador de todas as atividades e cujos pontos básicos foram alinhados na introdução a este capítulo. Mas o passo administrativo mais marcante no setor cultural foi a criação da Fundação Nacional de Arte. Através dessa entidade, o Ministério da Educação e Cultura conta, agora, com um órgão que pode, integralmente, dedicar-se à função de estímulo, difusão e apoio à produção artística no País. Dentro da FUNARTE, foram instalados o Instituto Nacional da Música e Instituto Nacional de Artes Plásticas. A FUNARTE incorpora ainda o Serviço Nacional do Teatro, a Campanha do Folclore Brasileiro e o Museu Nacional de Belas-Artes. A FUNARTE contou com 46,2 milhões de cruzeiros em 1976, no primeiro ano de existência, e conta neste ano com 110 milhões de cruzeiros o que significa um aumento superior a 150% em suas atividades. A anexação do Instituto Nacional do Cinema à EMBRAFILME deu margem à criação do CONCINE, novo órgão cuja lei foi sancionada em 1975, e que recebia, em 1976, o seu decreto normativo. O CONCINE é órgão encarregado de fixar normas e fiscalizar a aplicação da legislação que regula as atividades cinematográficas.

Por outro lado, a EMBRAFILME, superadas algumas dificuldades, entra numa fase de grandes realizações, tendo em preparação filmes de cunho histórico e programas para a rede de televisão, numa atuação marcante de valorização do cinema brasileiro e seus artistas.

Os recursos para atividade cultural, em 1977, sem incluir os provenientes do FAS, são da ordem de 110 milhões de cruzeiros.

Finalmente, visando à formação de uma verdadeira rede de estímulo à cultura, vêm sendo realizados encontros com os Secretários de Cultura das Unidades da Federação e outras autoridades culturais do País.

Prevê-se em a nova estrutura do MEC a elevação do atual Departamento de Assuntos Culturais — ao qual estão vinculados a FUNARTE, a EMBRAFILME, os Museus, e outros órgãos culturais — a Secretaria de Assuntos Culturais, dando ao órgão maior amplitude de ação para o futuro.

IV. EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS: POLITICA E REALIZAÇÕES

A atuação do Ministério da Educação e Cultura neste setor objetiva:

- a) o aprimoramento da aptidão física em geral da população;
- b) a elevação do nível técnico da atividade desportiva em todas as áreas;
- c) a implantação e intensificação da prática do desporto de massa; e
- d) a difusão do desporto como forma de lazer.

Na consecução desses objetivos, o Ministério atua em ação coordenada com as Unidades Federadas e com os Municípios, de maneira a maximizar os esforços em todos os níveis. É importante que se tenha em mente que uma concentração de atividades exclusivamente no âmbito federal, no que se refere a tarefas de execução, não teria resultado prático e efetivo, uma vez que a educação física e o desporto, de uma maneira geral, têm raízes muito peculiares na vida das comunidades estaduais e municipais. As prioridades de atuação pretendem abranger três áreas principais:

- Educação Física Escolar;
- Desporto de Massa; e
- Desporto de Alto Nível.

O desporto, na atuação desenvolvida pelo MEC, é compreendido como uma forma de contribuir para racionalizar a utilização do lazer, moldar novo esquema de coesão social, enriquecer a disciplina de grupo e melhorar os padrões de higiene para a vida comunitária. Uma política desportiva, adequada à realidade, representa um dado a mais

nos esforços da promoção da justiça social e no caráter democrático que lhe é inerente. Caracteriza-se, assim, perfeitamente a importante atividade social **que** está envolvida na prática desportiva. Obtém-se a própria valorização do homem no sentido de lhe dar condições físicas adequadas para **enfrentar**, durante toda a sua vida, as necessidades de locomoção, de trabalho, de intensa atividade e de dinamização pessoal. Essas condições são necessárias ao próprio desenvolvimento sócio-econômico, **pois** da atuação decidida de seus filhos é que se obtém o progresso brasileiro.

4.1 — Apoio ao Estudante e ao Desportista

Deixa-se de minudenciar os dispositivos legais que foram propiciados especificamente para favorecer a prática esportiva, o mesmo com relação à criação de Bolsas para Estudantes Atletas do 1º e 2º Grau, bem como às medidas relacionadas com dispensa de aulas e de adiamento de provas para os estudantes-atletas. Prossegue normalmente o apoio às associações desportivas de uma maneira geral.

Merece menção especial a criação do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP), em 1976. O MEC, através do Conselho de Administração do FAAP, que é um Conselho Interministerial com a presença do Ministério do Trabalho e Previdência Social, procura reunir fundos que propiciem ao atleta profissional a preparação para o exercício de outra profissão ao deixar as suas atividades de atleta. Prevê o sistema a realização de cursos profissionalizantes de 1º e 2º graus, adaptados aos horários dos atletas, sem necessidade de que eles se ausentem de seus clubes. Além disso, está incluída a vinculação do atleta à Previdência Social com garantia na fase de transição para a nova profissão. Prevê ainda assistência financeira ao atleta, sob forma de empréstimo para que possa desenvolver, na época apropriada, novas atividades e ainda o levantamento de oportunidades de trabalhos para atuais profissionais do esporte, segundo capacitação desenvolvida nos cursos profissionalizantes. O desenvolvimento do programa já está bem adiantado, tendo sido criadas três associações em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte com grande receptividade, pois já contam 800 atletas inscritos no sistema.

4.2 — Incentivo à Educação Física e às Promoções Desportivas

Dentro desse setor de atuação, o MEC já costumava dar apoio ao torneio de futebol, promovia e vem promovendo auxílios às Confederações Desportivas, tem participado de competições internacionais e promovido, no País, competições desportivas estudantis.

Foi elaborada uma Política Nacional de Educação Física e Desportos. que deu margem ao Plano correspondente. Com isso se objetiva incentivar a Educação Física nas escolas, promover o desporto de alto nível e introduzir a prática esportiva espontânea e recreativa.



Criar condições reais e objetivas para o pleno desenvolvimento não só cultural e intelectual, mas também físico do homem brasileiro é o grande objetivo do Ministério da Educação e Cultura.

Entretanto, recentemente, foi criado um novo programa da maior importância que é a Campanha Esporte para Todos. Esta Campanha consiste na organização de atividades desportivas improvisadas, informais, de prática espontânea e recreativa ao alcance de qualquer pessoa.

Atualmente, com 5 meses de atividade, a Campanha já atingiu quase 40% dos Municípios brasileiros, através de uma rede de 4.000 voluntários esportivos e membros das Comissões Municipais de Esportes. Abrangendo passeios a pé, passeios de bicicleta, torneios-gigantes de futebol de praia, ruas de lazer, colônias de férias e outras atividades, em 1977, foram aplicados 24 milhões de cruzeiros.

4.3 - Formação do Instrutor e do Atleta

O MEC vem propiciando treinamento de professores de Educação Física com a colaboração das Secretarias de Educação dos Estados e das Universidades, realizando cursos de aperfeiçoamento e atualização de professores habilitados e leigos, e integrantes do sistema educacional na área da Educação Física e dos Desportos. Uma segunda linha de ação consiste na execução direta pelo Departamento de Educação Física e Desportos do MEC de cursos, seminários e estágios no âmbito nacional e no âmbito internacional. Também tem crescido a aplicação de recursos nessa área: em 1973, foram aplicados 2,4 milhões de cruzeiros e, em 1977, 9,9 milhões.

Verificando que a tecnologia e a pesquisa científica são fatores muito importantes na obtenção de recordes mundiais e olímpicos, o MEC vem procurando, através do Projeto Instalação de Laboratórios, desenvolver pesquisas que contribuam para o desenvolvimento da Educação Física e dos Desportos no Brasil. Dentro desta linha, foram instalados três laboratórios de Fisiologia do Esforço, nas Escolas de Educação Física das Universidades Federais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e na Universidade de São Paulo. Além de contarem com equipamento atualizado, os médicos responsáveis já adquiriram experiência suficiente em outros centros mundiais, devendo ser essa uma ação continuada, diante da quase diária evolução técnica e científica no setor desportivo mundial.

Diversos cursos, estágios e seminários têm sido patrocinados pelo MEC. Através do Ministério, têm participado representantes brasileiros em encontros internacionais de alto nível técnico. O Projeto Olimpíada vem sendo desenvolvido especificamente para melhorar o desempenho de atletas brasileiros, nesta importante competição internacional.

O desempenho das equipes brasileiras nas competições no Con-

tinente já evidenciam um grande avanço dos novos atletas amadores.

4.4 - Material Desportivo

Em quatro campos se realiza a atuação do Departamento de Educação Física e Desportos no sentido de propiciar o material esportivo para as necessidades nacionais:

- aquisição de equipamentos para escolas;
- aquisição de equipamentos para Federações Esportivas; e
- a preparação de documentário cinematográfico sobre difusão e orientação esportiva.

Esses quatro programas se encontram em plena execução.

4.5 — Instalações Físicas

O Ministério procura auxiliar os estabelecimentos de ensino superior na construção de seus Centros Desportivos necessários à prática da Educação Física e dos Desportos, legalmente obrigatória.

Através de convênios com as Secretarias de Educação, que executam diretamente a construção de instalações desportivas ou as transferem à responsabilidade dos Municípios beneficiados, vem o MEC desenvolvendo a sua atividade, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, com a prioridade voltada justamente para o ensino em nível de 19 grau. Dentro dessa perspectiva foram concebidos Centros Desportivos de 1º Grau, que localizados no centro de convergência de, no mínimo, três escolas desse nível, possibilitam o atendimento de todos os estabelecimentos, inclusive privados, de sua área de influência. Em 1977, estão sendo construídos 63 Centros em todas as Unidades Federadas.

Em virtude da reformulação no sistema desportivo brasileiro, visando a difundir e ampliar a prática de Educação Física em todas as camadas da população, o MEC está iniciando, neste ano, o Projeto Instalação e Ativação de Parques de Lazer, abrangendo áreas recreativas e núcleos desportivos, além da instalação de colônias de férias. Este programa terá início a partir do próximo ano.

Com participação do MEC têm sido, nos últimos anos, executadas muitas obras de construções esportivas. De 1972 a 77 já foram construídas 176 pistas de atletismo, 178 piscinas, 340 ginásios, 932 quadras de esportes, 167 vestiários, 45 quadras de tênis, 10 edifícios para escolas de Educação Física, 63 módulos desportivos, além de 16 prédios para administração esportiva, tendo sido despendidos, no período, 517 milhões de cruzeiros.

4.6 - Administração

O primeiro passo de natureza administrativa, muito importante para o incremento das atividades esportivas, "é o estabelecimento de uma política adequada e efetiva para a Educação Física e a prática desportiva no País. Isso foi feito quando se estudou e implantou uma nova legislação e foram elaborados os documentos: "Política de Educação Física e Desportos" e o "Plano de Educação Física e Desportos", cujas linhas principais já foram referidas na introdução deste capítulo. Porém a dinamicidade, a efetiva atuação do Ministério, neste sentido, ainda será mais incrementada com a próxima criação da Secretaria de Educação Física e Desportos a ser incluída em a nova estrutura administrativa do Ministério da Educação e Cultura.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados apresentados, verifica-se a preocupação do Ministério da Educação e Cultura em expandir todos os campos dos setores que lhe incumbem desenvolver. O Brasil caminha, rapidamente, para integrar-se no mundo desenvolvido e o papel da educação é extremamente importante, dentro deste quadro histórico atual. A elaboração e a colocação em efetiva atuação dessas Políticas de Educação, de Cultura e de Educação Física e Desportos, bem como dos planos correspondentes e da dinamização administrativa com a criação de novos órgãos para que atuem mais eficazmente em todos esses campos mostram que o Brasil está atento ao aspecto educacional do seu desenvolvimento. Costuma-se dizer, erroneamente, que não se tem provido adequadamente recursos para a educação no País. Tal não é verdade. Em todos os países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento, a atuação, em cada um dos seus campos, inclusive educacional, deve ser feita dentro dos recursos disponíveis para esse fim. O equacionamento dos problemas educacionais no Brasil tem levado a uma aplicação progressiva de recursos para a educação. Assim é que, neste período da administração, foi feita uma revisão do Salário-Educação, obtendo-se um aumento da alíquota de 1,4% para 2,5% da contribuição das indústrias para a educação nacional. Visando a fortalecer o ensino de 1º e 2º graus, 2/3 destes recursos destinam-se às Unidades Federadas e 1/3, à União. Houve, entre 75/76, um acréscimo na arrecadação que passou de 1,7 para 4,7 bilhões de cruzeiros.

Além disso a aprovação da Emenda Constitucional, que recebeu especial apoio do Presidente Ernesto Geisel, elevou gradativamente os

percentuais dos fundos de participação dos Estados e dos Municípios de 5% para 9% na arrecadação do IPI e do Imposto sobre a Renda. Isso permitiu elevar os recursos repassados aos Estados e Municípios de 2 bilhões em 1973, para 3,5 bilhões em 1977, recursos esses com parcela assinalada para o ensino de 1º e 2º graus.

A criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), com recursos da Caixa Econômica Federal, da Loteria Esportiva, do Banco do Brasil, do Ministério da Educação e Cultura e outros para projetos de natureza social, veio a constituir-se num importantíssimo impulso para as obras de natureza social no País, das quais 60% são voltadas para a educação. Destinaram-se à educação mais de 14 bilhões de cruzeiros, nestes 3 anos, quando serão feitas as aplicações do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). O que isso representa para o futuro do País talvez não esteja ainda suficientemente compreendido por esta geração de brasileiros.

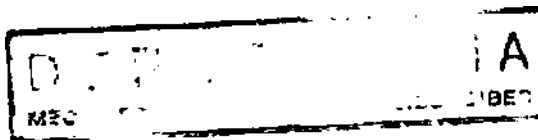
Além disso, sensível aumento de recursos orçamentários foi posto à disposição do Ministério da Educação e Cultura: de 8,4 bilhões em 1976, houve 16,1 bilhões em 1977, ou seja, um aumento de 92%.

É de se ressaltar que a função "educação", abrangendo recursos disponíveis de todos os Ministérios, contou com 24 bilhões de cruzeiros o que corresponde em níveis exclusivamente federais a mais de 12% do orçamento da União. Deve-se ressaltar também que, levando-se em conta as dotações federais, estaduais e municipais (recordando que o 1º e 2º graus são da alçada das Unidades Federadas), os recursos para esses dois níveis de ensino abrangem 60% das aplicações em educação no País. Não é verdade, por conseguinte, como se tem ouvido muito frequentemente, que se aplicam no País percentagens muito maiores de recursos para o ensino superior em detrimento para os ensinos de 1º e 2º graus. Vê-se, portanto, que nesta formidável batalha do ensino está presente e atuante o Governo Federal, em plena integração com Governos Estaduais e Municipais.

Nosso acervo histórico preparou-nos para uma civilização embebida de humanismo, e de humanismo cristão, dando-nos assim condições de contribuirmos para a melhoria do mundo conturbado de hoje, oprimido pelo materialismo dialético ou prático, produzindo a despersonalização do homem em toda sorte de conflitos sociais. Daí porque a Política Nacional de Educação no País, em que pese ter propiciado e desenvolvido a educação para o trabalho, ter melhorado as relações da escola com a empresa, ter procurado corresponder da maneira mais eficaz às necessidades do mercado de trabalho, não abandonou em nenhum momento a formação do cidadão, através da implantação da disciplina "Educação Moral e Cívica" de 1º e 2º graus e de "Estudo de Problemas Brasileiros" e de integração com o

"Projeto Rondon" em nível superior. Esperamos que, com este equilíbrio entre o ensino profissionalizante e ensino humanístico, possa a Nação Brasileira continuar progredindo seguramente em função de seu grande destino, no que soma conhecimento intelectual, treinamento profissional e tecnológico, educação física, prática desportiva, cultivo do mais alto nível de moral e civismo, conhecimento de nossas realidades mais peculiares, tudo soma, para esse grande passo em direção da plenitude de nossa realização como Nação. Confiamos em que o trabalho que vem sendo realizado corresponde às necessidades históricas da época em que vivemos. Dentro do nosso quadro de perspectivas, podemos vislumbrar a construção do futuro, uma vez que os resultados, em educação, não são imediatos mas são sempre obtidos a longo prazo.

Brasília, novembro, 1977



Impresso na:
Gráfica Brasil Central Ltda.
Av. W-2 Quadra 506 Bloco "B" Loja 30
Telefone: 242-3898

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)